



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO *CAMPUS XIII*
COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS**

LEANDRA SANTOS DA SILVA

**“NINGUÉM ALI DEVIA NADA”: ALGUMAS ANÁLISES SOBRE AS CENAS DE
VIOLÊNCIA POLICIAL EM O LIVRO PRETO DE ARIEL**

Itaberaba
2024

LEANDRA SANTOS DA SILVA

**“NINGUÉM ALI DEVIA NADA”: ALGUMAS ANÁLISES SOBRE AS CENAS DE
VIOLÊNCIA POLICIAL EM O LIVRO PRETO DE ARIEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa; Universidade do Estado da Bahia; Departamento de Educação, *Campus XIII*; Colegiado do Curso de Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Sacramento Moreno Gonçalves

Itaberaba
2024

LEANDRA SANTOS DA SILVA

**“NINGUÉM ALI DEVIA NADA”: ALGUMAS ANÁLISES SOBRE AS CENAS DE
VIOLÊNCIA POLICIAL EM O LIVRO PRETO DE ARIEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em Letras, Habilitada em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa; Universidade do Estado da Bahia; Departamento de Educação, *Campus XIII*; Colegiado do Curso de Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Sacramento Moreno Gonçalves

Aprovada em 29 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Sacramento Moreno Gonçalves
Universidade do Estado da Bahia
Orientadora

Profa. Dra. Vanusa Mascarenhas Santos
Universidade do Estado da Bahia
Examinadora

Profa. Me. Mércia de Lima Amorim
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Examinadora

Dedico este trabalho para os manos e as minas que vivem em periferias, que sofrem com o sistema opressor do Estado, sem direitos, mas que mesmo assim vão à luta em busca de melhorias e respeito.

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, a Deus. Por me dar forças e me guiar para que eu chegasse até aqui. Não há nada mais confortante do que sentir a presença de Deus em nossas vidas.

A todos os meus professores, das séries iniciais, até a graduação. Aos servidores do departamento *Campus XIII*.

À minha orientadora Dra. Luciana Moreno, por todo o apoio e inspiração. Admiro sua trajetória como pessoa e professora.

À todas as pessoas que me ajudaram financeiramente a me inserir na graduação e a permanecer nela.

À Praes, Prograd, Proex e Pibid que forneceram as bolsas de Permanência, Monitoria e Extensão, com esse suporte financeiro pude ter tranquilidade para concluir meu curso.

Agradeço ao meu pai Antônio Marques da Silva e a minha mãe Eliandra Pereira dos Santos, uma mulher de uma fé admirável e que caminhou comigo durante todo o processo, me encorajando a prosseguir.

Muita gratidão aos meus irmãos, Mariane e Maicon Rikuelme, a quem tenho muito afeto.

Aos meus amigos que fiz durante a graduação, com quem eu dividi todos os momentos da faculdade, especialmente a Alan, Erica, Ecicleide, Josemara, Rebeca, Renata e Vitória, meus irmãos e irmãs do coração.

Ao meu namorado/meu afeto, Valter Wagner, que apesar de nos encontrarmos quando eu já estava com 95% do curso concluído, foi crucial e presente em todo momento.

*“[...] Desde o início por ouro e prata
Olha quem morre, então veja você quem mata
Recebe o mérito, a farda que pratica o mal
Me ver pobre, preso ou morto já é cultural. [...]”*
(Trecho da música “Negro Drama”, composta por Mano Brown e Edi Rock, do
Racionais MC’s)

RESUMO

Historicamente, o povo negro foi alvo de muitas opressões e ofensas. A Contemporaneidade, ainda não superou o racismo de forma a garantir o direito às diferenças e a ancestralidade negra com esse sistema de marginalização, os negros são os mais atingidos de olhares racistas e isso se inclui na esfera da segurança pública. Dessa forma, esta monografia tem como objetivo analisar na obra *O Livro Preto de Ariel* (2019), do escritor Hamilton Borges de que maneira a violência policial é abordada pelo viés da literatura negra do aludido autor. Para isso, por meio de uma pesquisa descritiva e explicativa, de cunho documental, busco analisar trechos da obra em que se retrata a violência policial contra moradores negros da periferia. Sendo assim, como aporte teórico para estar discutindo essas relações entre raça, violência policial e genocídio utilizo o Atlas da violência (2021), Mbembe (2003), Amorim (2020), Nascimento (2016), Ianni (1988) Evaristo (2009). Com algumas análises obtidas na pesquisa, pondera-se que o racismo estrutural impera nas práticas de abordagem da polícia baiana, em um sistema opressor apoiado pelo Estado, que legitima práticas de ações violentas e desumanas contra pessoas negras periféricas. Portanto, o racismo é o principal atributo para que haja violência por parte da polícia.

Palavras-chave: Literatura Negra. Violência Policial. Racismo. Genocídio. Hamilton Borges. O Livro Preto de Ariel.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GELPS- Grupo de Estudos de Linguagem e Periferias

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MNU- Movimento Negro Unificado

POGRAD- Pró-Reitoria de Graduação

PROEX- Programa de Excelência Acadêmica

PRAES- Pró-Reitoria de Assistência Estudantil

PIBID- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

RONDESP- Rondas Especiais

RDD- Regime Disciplinar Diferenciado

STJ- Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

1	DESVELANDO A VIOLÊNCIA POLICIAL: DE OLHO NO QUE A HISTÓRIA E A LITERATURA NOS APRESENTA	09
2	VIDAS NEGRAS: RESISTINDO E REEXISTINDO AO LONGO DA HISTÓRIA.....	13
2.1	MOVIMENTOS ABOLICIONISTAS E O FIM DA ESCRAVIDÃO: UM MOVIMENTO DO NEGRO PELO NEGRO.....	17
3	A BAHIA COMO CENTRO DA VIOLÊNCIA POLICIAL: A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA?	28
3.1	GENOCÍDIO DO POVO NEGRO NA BAHIA: RELATOS DA CHACINA DO CABULA.....	31
3.2	EUGENIA: A TEORIA RACISTA E SEUS RESQUÍCIOS NA VIDA CONTEMPORÂNEA.....	37
4	A VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA NEGROS NA BAHIA NO CENTRO DA CENA.....	41
4.1	ENTRE ARIEL - O NEGRO RETINTO, E AQUELES QUE ABUSAM DO PODER PELA FARDA.....	42
5	NOVAS PERSPECTIVAS E NOVOS HORIZONTES: POR UMA SOCIEDADE QUE BUSCA RESPEITO	55
	REFERÊNCIAS.....	61

1 DESVELANDO A VIOLÊNCIA POLICIAL: DE OLHO NO QUE A HISTÓRIA E A LITERATURA NOS APRESENTAM

O correr da vida embrulha tudo, a vida é
assim: esquentada e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois
desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.
(Rosa, 2001, p. 334)

O cenário de violência e opressão do povo negro no Brasil se dá desde o período histórico de escravização, ideologias racistas, se perpetuam na maneira como os descendentes afro-brasileiros são tratados e vistos na sociedade, principalmente quando se trata de julgamento e castigos por partes da autoridade policial.

Diante deste contexto, cabe ressaltar que, apesar da escravidão ser abolida e a Constituição Federal Brasileira de 1988 assegurar igualdade e garantia de direitos a todos os cidadãos, sem distinção de cor, a vivência dos povos negros demonstram que essa realidade está longe de ser alcançada. Isso porque, diante de uma justiça que deve ser imparcial, o que se mostra, diante de tantos noticiários pelo Brasil, é a parcialidade da segurança pública em abordagens e tratamentos com as populações negras periféricas. Desta forma, reforça-se que não há neutralidade nas investidas policiais, o que reforça como nosso país ainda carrega uma visão pejorativa e genocida para a maior parte da população brasileira, constituída de pessoas negras.

Consoante a esse quadro excludente e marginalizante, pode-se pontuar casos de violência contra o povo negro em diversas esferas sociais, como: a negação de uma saúde de qualidade; o não oferecimento de boas oportunidades de emprego; falta de políticas públicas para que essas pessoas obtenham melhores condições de moradias, entre outros direitos que são negligenciados. Logo, todas essas faltas mencionadas estão interligadas ao racismo que se estruturou na sociedade e, por isso, não há uma igualdade de oportunidade e muito menos de tratamento e atenção. Esse fator racista prepondera também na ação policial na sociedade, sob a ideologia de combater o crime “cometido” pelas pessoas negras com ataques violentos.

Visto isso, durante esse processo de negação, o povo negro vem adotando ações antirracistas como mecanismo de resistência, como a participação de movimentos/manifestações, apoio aos projetos que propõem melhorias de vida para populações negras. Esse movimento se faz muito necessário para as populações

negras, pois é corriqueiro aparecer em noticiários casos de violência, por conta da cor da pele e em sua maioria são executados por policiais que não sofrem nenhum tipo de julgamento, tornando o caso oculto e impune perante a justiça.

Diante desta emergência social, a literatura também se inspira nos fatos cotidianos, a exemplo dos romances que trazem uma forte denúncia social. Ações de violência policial aos descendentes afro-brasileiros são denunciadas na literatura negra a partir de textos escritos por autores negros. Isso nos permite refletir como a literatura é uma arma poderosa que permite o leitor pensar sobre essa realidade.

A partir dessas reflexões das minhas vivências, somando aos noticiários visualizados em redes sociais e telejornais sobre a violência policial, pude refletir sobre essa problemática social. Por isso, comecei a interessar-me por essa temática nas minhas investigações científicas. Para isso, realizei a minha inscrição como participante do Grupo de Estudos Linguagem e Periferia(s), o GELPs, coordenado pela Professora Doutora Luciana Moreno Gonçalves a qual é minha orientadora nesta monografia. No meu processo formativo neste grupo de estudos, notei que apesar de ser um tema tão urgente na nossa sociedade, ainda é pouco discutido nas pesquisas científicas na área literária.

Esse grupo de pesquisa me proporcionou robustez e coragem para tratar de um assunto tão necessário na literatura. Cabe ressaltar que o objetivo do GELPs era reunirmos em roda de conversa e estudar produções literárias de autores negros dos anos 90 até a contemporaneidade, oriundos das periferias. Nesses escritos pude conhecer as vivências dessas pessoas, as angústias do dia a dia, a cultura, o dengo e afeto de preto para preto. Neste sentido, em um dos encontros do GELPs, o escritor Hamilton Borges foi um dos escolhidos para a nossa roda de leitura. A partir da pesquisa e juntamente com a professora Luciana Moreno, escolhi como foco de estudo a obra *O Livro Preto de Ariel* (2019), do escritor Hamilton Borges.

No romance *O Livro Preto de Ariel* (2019) do escritor Hamilton Borges deparei-me com a realidade de pessoas que sofrem com a violência da segurança pública e o genocídio do povo negro baiano. Embasada nos estudos sobre o povo negro na literatura, surge a inquietação de entender como essas práticas são exercidas pela polícia e como o Estado contribui para o derramamento do sangue negro. Ao ler o romance de Hamilton Borges, *O Livro Preto de Ariel* (2019), nos deparamos com o personagem principal, Ariel, um jovem negro criado pela tia, no bairro do Nordeste de

Amaralina, bairro popular da capital baiana de Salvador, vítima da hostilidade do sistema prisional. Em razão disto, decidi pesquisar e abordar sobre essa temática, pois considero Hamilton Borges um autor negro importante para nossa geração, sendo além de escritor, um grande militante que denuncia o racismo através da escrita também.

Neste sentido, esta pesquisa busca compreender e problematizar a temática da violência policial contra populações negras e periféricas a partir do romance *O Livro Preto de Ariel* (2019) do escritor Hamilton Borges, pesquisa necessária, visto que é uma ação que se repete com muita frequência, mas um assunto ainda pouco explorado nas pesquisas literárias. Esse trabalho visa refletir sobre um problema que afeta a sociedade e compreender, o porquê essas ações acontecem e de qual maneira. A partir disso, podemos pensar em mecanismos de defesa a partir de políticas públicas.

Assim, caracterizada por uma abordagem qualitativa, esta pesquisa busca analisar as ações policiais contra pessoas negras na comunidade do Nordeste de Amaralina em Salvador através da obra literária *O Livro Preto de Ariel* (2019). Em relação aos objetivos, têm-se uma pesquisa descritiva, que “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42), como também uma pesquisa explicativa, uma vez que “essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos [...], explica[ndo] a razão, o porquê das coisas. (GIL, 2002, p. 42).

Diante disso, temos uma pesquisa predominantemente descritiva e explicativa, já que o intuito é analisar, descrever e interpretar as ações de abuso policial expressas em cenas do romance *‘O Livro Preto de Ariel’*. Com isso, irei mapear trechos da narrativa que expõem os abusos policiais com relação aos jovens negros, fazendo uma descrição dessas cenas. Em seguida, irei descrever e discutir com essa abordagem policial é executada nesse meio social, e como isso tem contribuído para a morte de inúmeros jovens negros. Dessa maneira, a pesquisa se caracteriza como documental, visto que, “[...] vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45).

Portanto, necessita-se explicitar como essa violência policial é abordada no livro literário *O Livro Preto de Ariel* (2019), e quais são os impactos que o romancista aborda a partir desses atos. Por este ângulo, interessada pela temática violência policial na obra *O Livro Preto de Ariel* (2019), foram selecionados alguns livros que tratam desse assunto, atrelada a hostilidade policial contra pessoas negras, sendo utilizado os seguintes descritores: Literatura Negra, violência policial e genocídio. Para isso, recorro aos seguintes aportes teóricos: Atlas da violência (2021), em que recorro aos dados estatísticos acerca da violência policial aos corpos negros; Achille Mbembe (2003), para falar de racismo, racismo estrutural; Mércia Amorim (2020) para abordar sobre mecanismo de opressão, encarceramento e violência contra o povo negro; Abdias Nascimento (2016) para debater sobre o genocídio do povo negro; Octavio Ianni (1988), para abordar sobre a literatura e suas intersecções no processo de conscientização social; e Conceição Evaristo (2009), para dialogar sobre Literatura Negra. Esses teóricos são base para minha análise.

Esta monografia é intitulada "*Ninguém Ali Devia Nada*": *Algumas Análises Sobre as Cenas de Violência Policial em O Livro Preto de Ariel*, está organizada em cinco seções. Na introdução, *Desvelando a Violência Policial: De Olho no Que a História e a Literatura nos apresentam*, realizo a apresentação da minha temática e detalho os caminhos que percorri para a escrita deste trabalho. Na segunda seção, *Vidas Negras: Resistindo e Reexistindo ao Longo da História*, é abordado sobre a trajetória de luta dos africanos quando vieram da África contra vontade para serem escravizados, como também é abordado as condições desumanas em que viviam no período da escravidão, além de lutas e resistências. Logo mais, na terceira seção, nomeada *A Bahia Como Centro da Violência Policial: A Carne Mais Barata do Mercado e a Carne Negra?*, é discutido sobre a violência contra pessoas negras, dando ênfase ao estado da Bahia, dialogando como o alto percentual de mortes é um parâmetro para estarmos repensando sobre práticas racistas pelas autoridades policiais. Com isso, adentro na quarta seção de análise intitulada *A Violência Policial Contra Negros na Bahia no Centro da Cena*, discutindo a violência retratada na obra de modo enfático, as cenas de brutalidade e torturas realizadas pela polícia contra pessoas negras em bairros de Salvador. Por fim, apresento as considerações finais.

2 VIDAS NEGRAS: RESISTINDO E REEXISTINDO AO LONGO DA HISTÓRIA

Ninguém nos disse que seria fácil
 Segurar a onda, dá na cara e continuar
 Não deixe que tentem te colonizar
 Te converter, te doutrinar
 Te alienar
 Eu quero voar
 Escrever o meu enredo
 Liberdade é não ter medo!!
 (Larissa Luz- canção Descolonizando)

Ao longo dos séculos, a história do negro brasileiro é marcada por muitas lutas, adversidades e conquistas atreladas aos primeiros dias de colonização e permanecendo até os dias atuais. Esta é, portanto, uma história por séculos marcada por opressão, sofrimento e desigualdade, de um povo que luta incansavelmente por justiça, igualdade e reconhecimento e que, principalmente, contribui para a construção do país em todos os aspectos. Desde os primeiros momentos da colonização, o comércio de escravizados africanos era estabelecido como peça principal da economia colonial. Com isso, Moura diz que:

A história do negro no Brasil confunde-se e identifica-se com a formação da própria nação brasileira e acompanha a sua evolução histórica e social. Trazido como imigrante forçado e, mais do que isto, como escravo, o negro africano e os seus descendentes contribuíram com todos aqueles ingredientes que dinamizaram o trabalho durante quase quatro séculos de escravidão. Em todas as áreas do Brasil eles construíram a nossa economia em desenvolvimento, mas, por outro lado, foram sumariamente excluídos da divisão dessa riqueza (Moura, 1992, p. 7).

Milhares desses africanos foram arrancados a força da terra onde moravam e conduzidos para o Brasil. Em território brasileiro, foram obrigados a aceitar condições desumanas de exploração brutal, trabalhando em plantações, minas, e trabalhos domésticos com o peso das correntes em seus pés. Assim, a diáspora africana enriqueceu diversas pessoas, dando enorme poder, principalmente aos donos de embarcações, explorando os escravizados com a mão de obra doméstica e trabalhos exaustivos na indústria açucareira. Com isso, “[o]s maiores traficantes de escravos eram moradores da Colônia (brasileiros) e não da metrópole (Portugal)” (Rubenich,

2016, p. 15). Os europeus caçavam-nos como se fossem animais, invadiam as aldeias e os prendiam. Dessa maneira, Rubenich expressa que:

Com a valorização do escravo os próprios chefes das tribos, africanas vendiam as pessoas em troca de tecido, cachaça, algodão, joias, armas, tabaco, etc., pois o homem africano já não era considerado ser humano, mas uma mercadoria qualquer (Rubenich, 2016, p.14).

Diante disso, os líderes de grupos africanos perceberam que o mercado de venda de pessoas era uma boa opção para se conseguir melhorar a vida de seu próprio povo. Sendo assim, eles mesmos negociavam essas pessoas sem nenhuma dificuldade, na busca pela troca de mantimentos e outros benefícios. Vale salientar a diversidade de povos que habitavam o continente africano e suas diferenças quanto a origem, fenótipo, religião, língua etc. O que de certa forma explica a compreensão embutida entre os povos africanos em torno desse tipo de comércio. Cabe pontuar que, quando os europeus estabeleceram contato para a compra de escravizados na África, eram negociados, em sua maioria, os prisioneiros de guerra. Esses prisioneiros eram obtidos em disputas com uma comunidade inimiga, e, por isso, não eram considerados como um deles. Em outros casos, eram vendidos como criminosos, pois assim eles não voltariam a provocar prejuízos naquela sociedade. Mas, mesmo assim, desde a escravidão doméstica até a comercial na África, não se equipara ao modelo de escravidão que se estabeleceu em sociedades fora do continente Africano, a exemplo das Américas. Logo, uma das principais razões para a venda era a situação econômica destes povos, que fortaleceu consideravelmente com o comércio formado e o poderio bélico (Carvalho, 2024).

Os africanos eram transportados através de navios negreiros que comportavam em torno de 300 a 500 indivíduos, em viagens que duravam cerca de dois meses para chegar ao seu destino final. Desta forma, ao embarcar eles eram marcados sobre a pele com ferro quente, para que cada negociante identificasse seus respectivos donos na chegada ao destino. Assim, Rubenich (2016) descreve as condições lamentáveis que os escravizados viviam.

Os cativos eram separados de seus familiares e grupos étnicos para evitar possíveis rebeliões. Ficavam amontoados e acorrentados uns sobre os outros em um porão muito quente, escuro, úmido e sem sol. O mau cheiro era muito grande, e o espaço para movimentação era

mínimo. “A comida era uma mistura gosmenta de farinha, água e pedaços de carne seca” que era jogada, e a tripulação nem se preocupava se todos tinham recebido sua cota. Faziam suas necessidades fisiológicas próximas ao local onde passavam os dias (Rubenich, 2016, p. 14).

Com isso, os escravizados africanos viviam situações de precariedade, sem direito a nada. Estavam reclusos a tudo, serviam apenas para o trabalho. Essa situação justifica também o número de escravizados que morriam, pois estavam expostos a doenças, sem direito a médico e a remédio. “[...] As mortes a bordo estão ligadas à fatores como escassez de alimentos e água, maus-tratos, superlotação e até mesmo ao terror da experiência vivida, que debilitava física e mentalmente os africanos” (Albuquerque; Filho, 2006, p. 50). Com essa situação, os escravizados se enfraqueciam e o rendimento da produção do trabalho diminuía. Assim, os africanos sofriam torturas e eram castigados. As más condições que os escravizados estavam sujeitos não se baseavam apenas às ruínas de trabalho e à má alimentação. As vestimentas também eram precárias, geralmente recebiam roupas duas vezes ao ano, ou quando o escravizado achasse alguma pedra preciosa, ganhava mais uma peça de roupa como forma de premiação. Logo, vê-se que:

As vestimentas dos escravos eram extremamente precárias. Os senhores de engenho costumavam distribuir roupas prontas e tecidos duas vezes ao ano, no início e no fim do período de corte e moagem da cana. No século XVIII, fornecia-se um par de camisas e calças para os homens e saias de algodão cru para as mulheres. No século XIX, nas plantações de café do Sudeste, os escravos recebiam em geral três camisas, três pares de calça e os respectivos casacos, um chapéu e dois cobertores por ano. As mulheres recebiam saias e xales de algodão grosseiro. [...] o trabalho de exploração do ouro e do diamante exigia pouca roupa. Como passava a maior parte do dia com as pernas mergulhadas na água, o escravo mineiro geralmente vestia calção curto e usava o costumeiro chapéu. Do ponto de vista do senhor, o pouco vestuário favorecia o controle, pois dificultava a ocultação de ouro ou alguma pedra preciosa. Os escravos que exerciam funções de supervisão usavam camisas. Mas os senhores mineiros costumavam premiar com camisas e calças os que encontravam alguma pedra preciosa (Albuquerque; Filho, 2006, p. 80).

Além da precariedade das vestimentas, os senhores os alimentavam com ração. Caso esses povos oprimidos quisessem complementar sua alimentação, teriam que caçar ou pescar. Além disso, enfrentavam sérios castigos, a exemplo da máscara feita de flandres, punição usada pelos senhores para impedir que o escravizado

comesse ou bebesse. Devido a esse contexto, a expectativa de vida dos africanos e descendentes de africanos crioulos se reduzia.

Contudo, a história do negro no Brasil, não se baseia somente em momentos de sofrimentos e tristeza. De acordo com Batista e Carvalho (2009), a trajetória e contribuição dos povos africanos foram essenciais para a formação da identidade nacional. Os negros têm demonstrado sua resistência e proclamado a sua força em todos os cantos do nosso país. Graças a essa movimentação, temos influência africana na música, na dança e na religião brasileira, além da importância do reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O processo de escravidão mostrou que os negros não se resumem em dor, mas também mostram sua inteligência, sabedoria e alegria ao estarem com seus pares. A formação de quilombos foi um exemplo disso, uma forma de organização e mobilização para que a cultura negra sobrevivesse e se expandisse em nosso país. Além disso, o artigo ressalta a influência da cultura africana na formação da identidade brasileira. Contribuindo com essa visão, Santos (2016) nos aponta que a contribuição do negro para a cultura brasileira é um tema de extrema e relevância. Ao longo da história do Brasil, a cultura negra desempenhou um papel fundamental na formação da identidade nacional e na construção de uma sociedade multicultural e diversa. Desde os tempos da escravidão, os africanos transportados para o Brasil trouxeram consigo suas tradições, crenças, línguas e costumes. Mesmo sob condições extremamente adversas, eles conseguiram preservar e transmitir sua cultura de geração em geração, criando uma rica herança que se entrelaça com a cultura brasileira como um todo.

De acordo com Santos (2016), a música é um dos principais exemplos da contribuição do negro para a cultura brasileira. O samba, por exemplo, é um gênero musical que nasceu nos terreiros de candomblé e nas rodas de capoeira, expressando a resistência e a alegria do povo negro. Além disso, o samba influenciou outros gêneros musicais brasileiros, como o choro, o pagode e a bossa nova.

Ressalta-se que a culinária também é um aspecto importante da cultura negra no Brasil. Pratos como o acarajé, o vatapá e o feijão tropeiro são exemplos de comidas típicas que têm origem africana. Além disso, a técnica de preparo de alimentos como o uso do azeite de dendê, o uso de temperos e do quiabo, além de técnicas de preparo

como o refogado e o cozimento lento são influências africanas na culinária brasileira. Outra contribuição significativa do negro para a cultura brasileira é a religião. O candomblé e a umbanda são religiões de matriz africana que têm uma forte presença no Brasil. Elas combinam elementos das religiões africanas com elementos do catolicismo e do espiritismo, criando uma espiritualidade única e sincrética.

Entretanto, é impossível limitar a presença negra somente a música e a culinária. Além disso, a influência do negro pode ser vista em áreas da cultura brasileira, que vão desde a dança, a literatura, o artesanato e a moda quanto à política e às tecnologias. A capoeira, por exemplo, é uma arte marcial que combina elementos de luta, dança e música, e tem origem nas tradições africanas. Na literatura, autores como Machado de Assis e Lima Barreto retrataram a realidade do povo negro e contribuíram para a valorização de sua cultura.

Albino (2021) também afirma que na política os negros também tiveram participação significativa. Ao longo da história, diversos líderes negros se destacaram na luta pela igualdade de direitos e pela abolição da escravidão. Personalidades como Luiz Gama, André Rebouças e Zumbi dos Palmares são exemplos de figuras importantes que contribuíram para a construção de um Brasil mais justo e igualitário.

2.1 MOVIMENTOS ABOLICIONISTAS E O FIM DA ESCRAVIDÃO: UM MOVIMENTO DO NEGRO PELO NEGRO

Por volta da segunda metade do século XIX, os movimentos abolicionistas se acentuaram e passaram a pressionar o governo para pôr um fim no período escravocrata. Com isso, a pressão dos países vizinhos também se intensificou, e os próprios negros, que jamais aceitaram pacificamente o sistema escravista, passaram a radicalizar as ações que combatiam tais práticas, resultando em mecanismos para resistir a tais opressões. Um desses mecanismos foi a criação de quilombos. Beatriz Nascimento (1984), em seu estudo aprofundado sobre o quilombo, discorre sobre a origem do quilombo no continente africano, e como se reconfigura na diáspora. Desta forma, ela aborda como a história do negro não inicia a partir do tráfico negreiro, mas sim, a origem do quilombo é anterior a esse processo de resistência, com surgimento na África. Em razão disso, a intelectual relata que:

Numerosas foram as formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil podemos citar uma lista destes movimentos que, no âmbito “doméstico” ou social, tornam-se mais fascinantes quanto mais se apresenta sua variedade de manifestações: de caráter linguístico, religioso, artístico, social, político, hábitos, gestos, e assim por diante[...] quilombo (*kilombo*), que representou na história do nosso povo um marco em sua capacidade de resistência e organização (Nascimento, 1984, p. 274).

O quilombo enquanto uma instituição física, é constituída por termos ideológicos que é denominada pelo sociólogo Clovis Moura (1989), de Quilombagem. Segundo o escritor, a quilombagem é delineada como,

[...] um movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influenciou poderosamente para que este tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre (Moura, 1989, p. 22).

Além da formação de quilombos, houve manifestações de protesto social e racial no qual podemos citar a Revolta dos Malês (1835), que foi uma rebelião de negros islamizados, constituído por libertos e escravizados. De acordo com Santos (2020), o intuito principal da Revolta dos Malês “[...] era a libertação dos homens e mulheres, de origem africana, em condição de servidão compulsória [...]” (Santos, 2020, p. 328), sendo considerada a maior revolta de escravizados no Brasil, envolvendo diversos indivíduos, que atuaram conjuntamente com o objetivo de cessar o sistema do escravismo.

Segundo Almeida (2019), o racismo é um processo histórico e político, baseado em subjugação de raça, que perpassa todas as esferas da vida social. Assim, essa ação se perpetua desde a época do período colonial quando os africanos foram trazidos para o Brasil, contra sua vontade para a exploração da mão de obra. Eram tratados como animais, acorrentados, humilhados pelos senhores de escravos. Segundo Munanga (2004, p. 07):

[...] o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais,

intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos (sic) religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são conseqüências (sic) diretas de suas características físicas ou biológicas.

Isto revela que o racismo é um problema social contemporâneo e que é percebido através da divisão de classe existente na sociedade. As pessoas que sofrem o racismo são discriminadas pelas suas características físicas, como também traços psicológicos, morais, estético e intelectuais, nunca estando em lugares de maior prestígio. Sendo assim, o agressor praticante do racismo cria um modelo de raça no qual não apenas os traços físicos, mas também a cultura e a religião determinam em qual grupo é pertencente na sociedade, havendo assim uma divisão de classe: os privilegiados e os não privilegiados. Como afirma Kilomba “O racismo é uma realidade violenta” (Kilomba, 2019, p. 71). Uma injustiça social que mata diariamente, inferiorizando o negro e os tirando a condição de viver dignamente. Concernente a isso, Stuart Hall (2017, p. 1) nos apresenta um conceito de raça:

[...] raça é um dos principais conceitos que organiza os grandes sistemas classificatórios da diferença que operam em sociedades humanas. E dizer que raça é uma categoria discursiva é reconhecer que todas as tentativas de fundamentar esse conceito na ciência, localizando as diferenças entre as raças no terreno da ciência biológica ou genética, se mostraram insustentáveis (Hall, 2017, p. 11).

Para Hall (2017), portanto, o racismo é um conceito criado socialmente para classificar pessoas por grupos, com base em características físicas ou culturais, que não tem nenhuma relação científica, mas com um único fundamento, a saber: reforçar as práticas de inferiorização de grupos humanos. Com isso, para se chegar a essa compreensão, é necessário realizar incursões históricas para analisarmos como se estruturam as bases do racismo na sociedade e como ela se perpetua atualmente. É preciso voltar e refletir o período da colonização, quando os negros foram

escravizados, pois a partir desses processos, entende-se como a sociedade foi se estruturando.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, no dia 13 de maio 1888. Nesta data foi sancionada a Lei nº 3353, nomeada de Lei Áurea, validada pela Princesa Isabel, com o propósito de proibir a escravidão, determinando que os escravizados fossem libertos. Neste sentido, Araújo (2020, p. 3) apresenta as dificuldades que os escravizados tiveram que enfrentar pós-escravidão:

[...] com a promulgação da mesma os “recém-libertos” não tinha quem os ampare ou em que lugar se alocar, sendo que os escravizados residiam em cortiços, ou casebres próximos aos locais onde eram explorados, no entanto, todo o espaço na qual eles viviam pertencia aos senhores “dono da(s) terra(s)”. Os “libertos” não tinham um “pedacinho de chão” para que pudessem construir pequenos cômodos para morar e com o uso de técnicas e manejo da terra utiliza da agricultura de subsistência manter suas famílias (Araújo, 2020, p. 3).

Por esse motivo, os negros adentraram na sociedade sem nenhuma política pública que assegurasse condições mínimas de sobrevivência, como emprego e moradia digna. Com isso, abrigavam-se em locais onde ninguém queria morar, em morros, formando-se as favelas. Após 135 anos de abolição, o negro continua lutando por espaços que são de direito. Alusivo a isso, sobre a vida do negro na contemporaneidade, Silva e Kassouf (2002, p.104) certifica que:

[...] os jovens negros são alvo de discriminação racial no mercado de trabalho no preenchimento das vagas existentes e/ou que estes jovens possuem uma menor qualificação que os demais, o que, conseqüentemente, diminui o seu grau de empregabilidade (Silva; Kassouf, 2002, p. 104).

Com isso, temos um sistema que nega a inserção do negro em trabalhos com direito assegurados por lei, por não ter tido a oportunidade de se qualificar. Primeiro porque a maior parte dos negros vêm de um contexto de extrema pobreza. Por isso, não possuem a oportunidade de estudar, aumentando a disparidade social e reforçando a marginalização. Neste seguimento, Silvio Almeida (2019), conta que em lugares acadêmicos ou até mesmo em escritórios de advocacia, percebeu que ele era o único negro na condição de advogado ou professor. Ao analisar detalhadamente

esse espaço formativo, por outro lado, temos os seguranças e os trabalhadores da limpeza que, em sua maioria, são pessoas negras. Alusivo a isso, Almeida

Há anos inúmeras pesquisas têm demonstrado que a raça é um marcador determinante da desigualdade econômica, e que direitos sociais e políticas universais de combate à pobreza e distribuição de renda que não levam em conta o fator raça /cor mostram-se pouco efetivas (Almeida, 2019, p. 96).

Dessa maneira, a sociedade é estruturada em dinâmicas excludentes, em que são feridos os direitos de ir e vir do povo negro, dado que, o IBGE (2022) mostra que as pessoas brancas têm um rendimento mensal quase duas vezes maior do que as negras, mesmo estando em um país em que a população negra é maioria. Quando se verifica as ocupações acadêmicas, espaços de alto padrão, ofertas de emprego com salários bons, a presença de pessoas negras ainda é minoria.

Pensar o contexto da história do negro brasileiro, também nos traz reflexões sobre a formação da literatura negra no Brasil. Afirma-se que esta começou a se desenvolver no final do século XIX e início do século XX, quando os primeiros escritores negros começaram a publicar seus trabalhos. Uma delas é Maria Firmina dos Reis. A sua trajetória com a literatura negra começou com a publicação de seu romance *Úrsula*, em 1859, considerado o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher no Brasil. A obra aborda temas como a escravidão, o racismo e a luta pela liberdade, trazendo à tona a realidade vivida pelos negros na época.

Além de *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis também escreveu outros romances, contos e poesias que abordavam questões sociais e raciais. Suas obras tinham como objetivo denunciar as injustiças e desigualdades enfrentadas pelos negros, buscando promover a conscientização e a luta por igualdade. Apesar de sua importância na literatura brasileira, a obra de Maria Firmina dos Reis foi pouco reconhecida em sua época. Ela enfrentou dificuldades para publicar seus escritos e teve que lidar com o preconceito e a discriminação racial. No entanto, seu trabalho foi redescoberto e tem sido valorizado atualmente, sendo reconhecido como uma importante contribuição para a literatura negra brasileira.

A trajetória de Maria Firmina dos Reis com a literatura negra é um exemplo de resistência e luta por igualdade. Suas obras continuam sendo estudadas e apreciadas

até os dias de hoje, inspirando novas gerações de escritores e leitores a refletir sobre as questões raciais e sociais presentes na sociedade brasileira.

Além da autora negra apontada, podemos citar aqui também Machado de Assis. Conforme Lopes (2007), ele, teve uma trajetória marcante na literatura. Nascido em 1839, no Rio de Janeiro, Machado de Assis viveu em uma época em que a escravidão ainda era uma realidade no Brasil. Sua ascendência africana, por parte de mãe, influenciou sua visão de mundo e sua abordagem literária. Embora Machado de Assis seja mais conhecido por suas obras realistas e pela sua crítica social, é importante destacar que ele também abordou questões relacionadas à negritude em sua escrita. Em seus contos e romances, ele explorou temas como a discriminação racial, a identidade negra e as dificuldades enfrentadas pelos afrodescendentes na sociedade brasileira.

Um exemplo notável é o conto *Pai contra Mãe*, no qual Machado de Assis retrata a vida de uma escravizada que precisa lidar com a separação de sua família devido à venda de seus filhos. Nesse conto, o autor expõe as injustiças e crueldades do sistema escravocrata, evidenciando a luta e a resistência dos negros. Além disso, Machado de Assis também abordou a questão racial de forma sutil e simbólica em seus romances. Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, por exemplo, ele utiliza personagens negros para representar a marginalização e a exclusão social vivenciadas pela população negra na época.

Podemos citar uma série de outros autores que tiveram grande destaque na literatura, como foi o caso do poeta Cruz e Souza, com a obra *Tropos e Fantasias* (1893). Outro importante escritor negro do início do século XX foi Lima Barreto. Autor de obras como *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915) e *Clara dos Anjos* (1948), Lima Barreto abordou em seus escritos a discriminação racial, a exclusão social e a luta pelo reconhecimento como escritor negro em um país dominado pela elite branca. De acordo com Octavio Ianni (1988), a literatura negra é um conceito que se modifica e reconstrói a cada instante, uma escrita contemporânea, múltipla e diversa. Assim,

[a] literatura negra é um imaginário que se forma articula e transforma no curso do tempo. Não surge de um momento para outro, nem é autônoma desde o primeiro instante. Sua história está assinalada por autores, obras, temas, invenções literárias. É um imaginário que se articula aqui e ali, conforme o diálogo de autores, obras, temas e invenções literárias. É um movimento, um devir, no sentido de que se forma e transforma. Aos poucos, por dentro e por fora da literatura

brasileira, surge a literatura negra, como um todo com perfil próprio, um sistema significativo (Ianni, 1988, p. 91).

Atinente a isso, no decorrer do tempo a literatura negra passa por transformações e descobertas no campo literário, pois "[o] negro é o tema principal da literatura negra" (Ianni, 1988, p. 92). Desse modo, o negro é o principal protagonista de suas escritas, pois é ele quem desenvolve a sua narrativa, que escreve de modo explícito e implícito o que é ser negro, em uma sociedade permeada pelo racismo. Nesta perspectiva, a literatura negra se caracteriza por escritores negros que escrevem sobre as urgências.

Com isso, é possível afirmar que pessoas negras e principalmente oriundas de comunidades periféricas sempre escreveram, apesar de ainda na Contemporaneidade, a literatura negra mal ter espaço no mercado editorial. Consequentemente, a carência e a necessidade de uma representação e reconhecimento das influências dos povos africanos na nossa cultura se acendeu. Logo, a ausência de representatividade tomou conta daqueles que queriam ser vistos e ouvidos, uma vez que, a literatura demonstra ser uma grande aliada contra o sistema racista, opressor, etilista e excludente, que também a partir da literatura, sobretudo do cânone, menosprezou por séculos o corpo e as raízes negras, depreciando, explorando e estereotipando negros e negras como sinônimo de pecado, maldição e sem beleza. Com isso Fonseca (2021) afirma que:

A representação do negro como objeto agrega valores e visões forjados no âmbito da escravidão, interessados em afirmar a inferioridade dos negros ou a sua condição instintiva – propensos à submissão e/ou à violência. Tais visões ficam evidentes na caracterização de personagens negras infantilizadas ou imbecilizadas, que reproduzem a condição subalterna em que os africanos escravizados viviam na sociedade brasileira (Fonseca, 2021, p. 7).

Nesta perspectiva, devido a posição social que essas pessoas se encontravam, seus textos não tinham visibilidade e poucas pessoas detinham acesso a essas escritas negras. De acordo com Silva e Flores (2010), o marco se dá nos anos 70 com surgimento do Movimento Negro Unificado e dos *Cadernos Negros*. Com apoio de movimentos por igualdade étnica e social, a literatura negra aqui no Brasil, passa a ocupar seu espaço e ao decorrer do tempo vai se fortalecendo com os movimentos

sociais permitindo que essas pessoas assumam esses espaços, narrando suas próprias histórias, bem como ecoando suas aflições.

O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização que surgiu no Brasil na década de 1970, com o objetivo de lutar contra o racismo e promover a igualdade racial. O MNU foi uma resposta à discriminação e violência sofridas pela população negra no país, que historicamente foi marginalizada e excluída dos espaços de poder. Uma das principais iniciativas do MNU foi inspirar escritores negros a formar coletivos como o Quilombhoje que realizou a criação dos Cadernos Negros, uma coletânea de literatura negra que teve início em 1978. Os Cadernos Negros foram uma forma de dar visibilidade aos escritores negros, que muitas vezes eram ignorados ou sub-representados no cenário literário brasileiro. Os Cadernos Negros se tornaram uma importante plataforma para a expressão artística e cultural da comunidade negra, abordando temas como identidade, racismo, ancestralidade e resistência. Através da poesia, contos e ensaios presentes nos Cadernos Negros, os escritores negros puderam compartilhar suas experiências e perspectivas, contribuindo para a construção de uma narrativa negra no Brasil.

O Quilombhoje foi o marco inicial para que escritores negros tivessem a possibilidade de verem seus textos publicados. Este grupo tinha (e ainda tem) como ação fundamental reunir jovens negros e escritores para escrever e publicar literatura. Além disso, o MNU, o Quilombhoje e os Cadernos Negros desempenharam um papel fundamental na conscientização e mobilização da população negra, promovendo debates, manifestações e ações de combate ao racismo. Essas iniciativas foram importantes para a conquista de direitos e avanços na luta contra a discriminação racial no país.

No entanto, apesar dos avanços alcançados, o racismo ainda persiste na sociedade brasileira. O Movimento Negro Unificado e os Cadernos Negros continuam sendo importantes ferramentas de resistência e empoderamento da comunidade negra, buscando promover a igualdade racial e a valorização da cultura afro-brasileira. Em resumo, o Movimento Negro Unificado e os Cadernos Negros são duas importantes iniciativas que surgiram no Brasil com o objetivo de combater o racismo e promover a igualdade racial. Ambos desempenham um papel fundamental na conscientização, mobilização e valorização da comunidade negra, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A característica principal dos textos da literatura negra é retratar experiências, vivências e dramas de pessoas que emergem de uma existência negra. Desse modo, a escrita negra pode se caracterizar também como instrumento de denúncia das mazelas sociais. À vista disso, a escritora e intelectual contemporânea Conceição Evaristo, cunhou o termo *escrevivência* para conceituar a importância de sua escrita e a de outras pessoas negras que buscam esse espaço de visibilidade na sociedade. Assim, para ela, o termo *escrevivência* “é uma escrita que se dá colada a nossa vivência, seja particular ou coletiva” (Leite *apud* Lima, 2017), assim de acordo com as palavras da escritora ela afirma que:

[A *escrevivência*] seria escrever a escrita dessa vivência de mulher negra na sociedade brasileira. Eu acho muito difícil a subjetividade de qualquer escritor ou escritora não contaminar a sua escrita. De certa forma, todos fazem uma *escrevivência*, a partir da escolha temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opções. A minha *escrevivência* e a *escrevivência* de autoria de mulheres negras se dá contaminada pela nossa condição de mulher negra na sociedade brasileira. Toda minha escrita é contaminada por essa condição. É isso que formata e sustenta o que estou chamando de *escrevivência* (Leite *apud* Lima, 2017, p. 5).

Dessa maneira, a partir desse conceito concebido por Evaristo, é entendido que a *escrevivência* é a escrita de si, sobre o cotidiano, sobre o seu modo de viver em um determinado espaço, e sobre as lutas que atravessam ao longo da vida. Sendo assim, para esses escritores negros, a escrita também é um movimento de luta e resistência, no qual acredita-se ser um dos importantes caminhos para se fazer militância e se lutar por equidade e justiça para o povo negro no Brasil. A *escrevivência*, por sua vez, “representa lugar de pertencimento e de denúncia, intimamente ligada à consciência de ‘negritude’, em uma militância antirracista que invade o espaço acadêmico” (Azevedo; Rocha, 2021, p. 1353).

Por conseguinte, as editoras não abriam espaços para essas escritas, logo sendo excluídas do mercado editorial. Sendo assim, esses escritores e escritoras negras tiveram um reconhecimento tardio dentro da literatura negra. Por muito tempo foram excluídos/as do mercado editorial. Com isso Leite aponta que:

A partir da década de 1980, cresce o número de escritores que assumem sua etnicidade afrodescendente, aumentando a ocupação por esses sujeitos nos espaços culturais, essa atitude também faz com

que os movimentos negros alcancem uma maior visibilidade institucional. Com isso, cresce o interesse acadêmico em relação aos textos desses escritores (Leite, 2021, p.10).

Isso porque as editoras realizavam uma espécie de filtração em que escolhiam os livros que iam para as prateleiras e os que deveriam ficar de fora. Com isso, tínhamos uma estética e temática padrão nas incursões literárias. Até a chegada dos livros na editora Cuti (2010), apresenta os critérios utilizados pela editora:

As editoras, por exemplo, têm o que chamam de “linha editorial”, demarcadora dos parâmetros de suas exigências para os que nela procuram a publicação de seus escritos. Essa “linha” norteia a(s) mensagem(ns) a ser(em) veiculada(s) de forma impressa e em determinados formatos. Assim como existe a tal “linha” orientando o crivo (a escolha) entre os títulos a serem publicados ou não, também, posteriormente, haverá a seleção do que, estando disponível no mercado, deve receber o aval da publicidade ou da cumplicidade dos meios de comunicação e do Estado para redundar em leitura (Cuti, 2010, p. 21).

Com toda essa repercussão foram criadas algumas editoras que são destinadas unicamente para a literatura negra brasileira, já que para encontrar livros de escritores negros contemporâneos era difícil o acesso. Isso porque as editoras consideravam a literatura negra como uma produção de pouca relevância. Sendo assim, após o fortalecimento dos movimentos sociais, hoje se encontram várias editoras como a Malê, Mazza, Oriki Editora, Quilombhoje, Reaja, Segundo Selo, entre outras. Neste interim é perceptível que os escritores negros não esperaram ser reconhecidos pelas grandes editoras do mercado, mas seguiram em busca de outros mecanismos de transmissão para a concretização da divulgação de seus escritos, tendo como principal ferramenta as tecnologias de informação e comunicação, como o computador, a impressora individual e a internet, considerado um meio facilitador instantâneo para divulgação e também por ser o meio que a grande porcentagem da população está inserida.

Neste contexto, dentre os escritores de literatura periférica, surge Hamilton Borges com seu primeiro romance: *O Livro Preto de Ariel* (2019), a obra que será analisada neste trabalho. O romance retrata a realidade de pessoas que moram na periferia de Salvador e que sofrem com os ataques da segurança pública. O escritor

Hamilton Borges, além de publicar seus escritos em editora autônoma, a Editora Reaja, também utiliza a internet como ferramenta para a publicação de seus textos.

3 A BAHIA COMO CENTRO DA VIOLÊNCIA POLICIAL: A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA?

“Quem vai pagar a conta? Quem vai contar os corpos? Quem vai catar os cacós dos corações? Quem vai apagar as recordações? Quem vai secar cada gota de suor e sangue? Cada gota de suor e sangue.” (Luedji Luna – Cabô).

Sabe-se que existem diversos tipos de violência e todas elas ferem os direitos humanos. Infelizmente o Brasil não é uma exceção quando se trata de países que desrespeitam os direitos humanos e promovem diversos tipos de violência, especialmente contra o povo negro. Para analisar, sobre como a violência vem se desenvolvendo no continente americano, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entidade brasileira, dispõe de colaborações de algumas outras organizações para auxiliá-lo sobre este quadro. O Mapa da Violência, por exemplo, é um relatório que tem como intuito analisar os números de violência em diferentes aspectos, sejam eles crimes raciais, violência contra mulheres, homicídios, entre outros. É uma ferramenta que oferece análises das estatísticas e interpretações da violência de modo detalhado. De acordo com os dados disponibilizados no Atlas da Violência (2021), em 2019, houve 45.503 homicídios no Brasil, uma taxa de 21,7% de mortes por 100 mil habitantes. Essa realidade nos aponta números altíssimos que se intensificam cada dia mais.

Diante do exposto, nota-se que a violência no Brasil é um grave problema social. Porém, outro aspecto nos mostra um problema ainda maior no quesito violência. As taxas de homicídios não se resumem apenas a população em geral, o próprio mapa da violência expõe que jovens negros de periferias são os que mais sofrem com essa violência letal. Alusivo a isso, o Atlas da Violência (2021), confirma que, em 2019, os negros representaram 76% das vítimas de homicídios. Com relação a isso, dentre os 45.503 homicídios em 2019, 34.466 eram de pessoas negras, enquanto 10.217 eram de pessoas não negras. Através desses dados é possível identificar que o número de negros, ocupa o maior índice de violência no Brasil. Diante disso, cabe discutir o que leva a essa extrema violência contra um grupo étnico no Brasil, sobretudo no Estado da Bahia.

Os assuntos sobre violência policial e genocídio da população negra vem ganhando grandes proporções no âmbito das pesquisas, sobretudo em movimentos

negros. Causa estranhamento o fato de os maiores índices de violência atingirem justamente as pessoas negras do país. Os números são exorbitantes e com o passar dos anos, relatórios, como o Mapa da Violência só apontam o crescimento exponencial do problema. Concernente a esse fator, com foco na violência policial, Martins (2017), cita que o comando policial é o principal responsável por esse alto índice,

[...] a força policial no Brasil é despreparada e extremamente violenta no seu trabalho de manutenção da ordem pública, principalmente quando tem que tratar com os movimentos sociais e com os moradores de periferias. Pesquisas demonstram que a polícia, fundamentalmente a militar, quando entra nas comunidades pobres ou nas manifestações democráticas de trabalhadores e trabalhadoras no espaço público, quase sempre age de forma violenta e desproporcional (Martins, 2017, p. 2).

É notório que a polícia, principalmente a militar, abusa do poder que possui, utilizando-se da força armada para coagir e oprimir as pessoas. Isso só nos leva a pensar acerca de um racismo estrutural no Brasil. Os negros provenientes de África ou nascidos no Brasil, continuaram sendo tratados, mesmo após a abolição, como pessoas sem valor e vistos de forma negativa e pejorativa. Isso corrobora também na maneira como essas pessoas são abordadas em algumas instâncias profissionais ou por algumas instituições, a exemplo da polícia militar.

Diante das práticas de abordagem policial acompanhadas no Brasil, verifica-se que pessoas vistoriadas e violentadas já tem um padrão definido de criminoso: “[...] o principal critério de suspeita policial e a repressão é maior sobre pessoas que usam símbolos – cabelos, roupas – da cultura negra, em especial sobre os jovens” (Soares; Possas; Raupp, 2020, p. 22). São moradores de periferias que após a “liberdade dos escravos”, conseqüentemente, desprezou-se o negro, marginalizando-o e excluindo-o para o espaço das bordas da sociedade.

Desta maneira, esses lugares também se tornam lugares ilegítimos, uma vez que, diante do público que lá se abriga, cria-se uma forte opressão, agravando ainda mais os problemas sociais que assolam o povo negro. É a partir disso que surge uma polícia extremamente seletiva e racista. Visto isso, Amorim (2020) afirma que a polícia brasileira não se reconhece como violenta, assim:

A polícia, como um todo, não se reconhece enquanto instituição autoritária e violenta. Quando vêm à tona práticas de uso abusivo de força por parte de policiais, eles afirmam ser apenas mais um caso isolado. Mas, a verdade é que a polícia brasileira, mesmo num governo dito democrático, é formada para coagir, encarcerar, exterminar preto, pobre e de periferia. (Amorim, 2020, p. 108).

Pode-se inferir que as estatísticas mostram o contrário da ação da polícia. De acordo com a matéria do Portal do G1 em 2019 e com os dados levantados da Rede de Observatórios da segurança, 96,9% das pessoas assassinadas pela polícia na Bahia eram negras, das 489 vítimas que foram identificadas 474 eram pretas ou pardas. Desse modo, de acordo com os dados fica óbvio que os policiais são instruídos para atingir corpos negros ainda que tentem se omitir diante dos fatos que acontecem todos os dias, alegando que são casos que não acontecem de modo habitual. Isso ocorre justamente pelo fato de a polícia ter se constituído enquanto instituição, a partir do império, num contexto escravista e até hoje vivermos numa sociedade que se estrutura a partir da hierarquização entre grupos sociais, pautadas na cor da pele, nas questões de gênero e de classe.

A polícia que deveria estar sendo preparada para proteger a população com equidade e tem a obrigação de garantir uma segurança de qualidade para a sociedade, mostra-se seletiva e, sobretudo, racista. Logo, diante de tantos relatos de casos de violência e homicídios motivados pelo racismo, e que se tenta mascarar como casos isolados, reforçam o medo e a insegurança da população, especialmente do povo negro. Com isso Martins (2017), afirma que:

A PM é vista com mais desconfiança pelo método mais padronizado de trabalho, pela maior impessoalidade e uso ostensivo da força em operações “pesadas”. Os PMs usam farda e corte de cabelo militar, exibem armas pesadas, andam em bandos e se deslocam em carros oficiais. São descritos ora como arrogantes, quando fazem demonstração de força e desrespeitam os habitantes, ora como ineptos, por não serem capazes de reconhecer e tomar medidas enérgicas contra os marginais. (Martins, 2017, p. 8).

Tais práticas nos fazem pensar em intenções de amedrontar pessoas negras, causando terror, omitindo o esboço de qualquer tipo de reação. Apesar disso, uma visão dúbia (entre o medo e a incompetência) permanece entre as pessoas negras e periféricas, quando se trata da visão que estes têm sobre os policiais.

Nota-se que a polícia fixou uma imagem acerca dos moradores da periferia como bastardos, marginais, que não merecem viver em dignidade e utilizam isso como justificativa para tal tratamento. Atinente a isso, observa-se a discrepância das estatísticas sobre homicídios entre negros e não negros. Sabe-se que a maior porcentagem de violência e morte entre pessoas negras se concentra na Bahia, por ser um Estado majoritariamente negro. Todavia é impossível negar que observando os números, podemos concluir que isto não é mera coincidência; é antes de tudo uma das estratégias de genocídio que o Estado usa para eliminar pessoas negras.

3.1 GENOCÍDIO DO POVO NEGRO NA BAHIA: RELATOS DA CHACINA DO CABULA

Para discorrer sobre essa questão, é importante trazer uma definição histórica sobre o genocídio. O conceito de genocídio foi criado no final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pelo advogado judeu polonês Raphael Lemkin (1900-1959), ao se deparar com políticas desastrosa e ações criminosas do Nazismo. De acordo com a sua concepção, o termo tinha o objetivo de designar crimes cujo objetivo é eliminar pessoas, pertencentes à grupos étnicos, raciais ou religiosos. Sendo assim, a palavra genocídio é derivada da palavra grega “geno”, que significa “raça”, ou “tribo”, com a terminação “cídio”, que significa “matar”.

Neste contexto, para que esse conceito fosse aceito, foi preciso passar por algumas etapas, já que havia algumas controvérsias quando foi apresentado. Só dia 9 de dezembro de 1948, as Nações Unidas aprovaram as resoluções da Convenção sobre a Prevenção e Repreensão do Genocídio, entrando em vigor em 1951. Sendo assim, como previsto no artigo II da Convenção, os atos que definem o crime de genocídio são os seguintes:

- A) Assassinato de membros do grupo;
- B) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo;
- C) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial;
- D) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- E) Transferência forçada das crianças do grupo para outro (Brasil, 1952, s.p).

Dito isso, tais práticas de genocídio sempre visam atingir um grupo específico, o que só evidencia ainda mais o genocídio como crime sistematizado. No caso do Brasil, diferentemente do ocorrido na Europa, durante o nazismo, observamos todas as práticas supracitadas sendo dirigidas às populações negras, indígenas, periféricas desde a colonização escravista, iniciada no século XVI.

Dessa maneira, o militante e fundador Marcos Rezende do Coletivo de Entidades Negras diz que no confronto entre polícias e facções, sempre é a população negra que mais sofre, em virtude de um sistema racista estruturado no Estado. Com isso Rezende afirma que, “[a] Bahia é o Estado mais negro do Brasil, mas sua elite política e econômica é formada por brancos que pregam a criminalização do corpo negro por meio do controle de territórios e pela chamada guerra às drogas (Rezende *apud* Machado, 2023, s.p)”. A estrutura de segurança do Estado é comandada pela elite branca que compactua com a violência contra os negros, através de um racismo que é estrutural e acontece todos os dias. Entretanto, não é porque o racismo é estrutural, ou seja, sustenta o arcabouço social, histórico, político e cultural que engendrou a sociedade brasileira, que ele deve ser tolerado e aceito como fato social intransponível. O racismo não deveria acontecer de modo algum.

Alusivo a esse contexto, os dados estatísticos já referidos demonstram que os bairros periféricos onde negros e negras moram, são os maiores palcos de homicídios, sobretudo nas periferias de Salvador, por se concentrar a maior população negra, fora da África. O ex-governador do Estado da Bahia, Rui Costa, em 2015, foi indagado, acerca da atuação violenta dos policiais, no dia do evento, que depois seria designado de Chacina do Cabula e é um dos panos de fundo do romance analisado nessa pesquisa, *O Livro Preto de Ariel (2019)*, do escritor Hamilton Borges. Segundo o político, o extermínio de dozes jovens negros periféricos, por parte do Estado, na Vila Moisés, foi “como um artilheiro em frente ao gol que tenta decidir, em alguns segundos, como é que ele vai botar a bola dentro do gol, para fazer o gol” (Aduşb, 2018, s.p). Esse discurso infelizmente não surpreende e obviamente é esperado por governantes, que geralmente entendem o mundo de modo racista, negando a história do povo negro e criminalizando jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social, com auxílio mínimo do Estado.

Os estudos apontam que a Bahia obteve o maior índice de chacinas, somando 74 registros. De acordo com o Portal de Notícias G1 no ano de 2021, houve um ataque

armado em uma festa de rua no bairro do Uruguai, em Salvador, que deixou doze pessoas gravemente feridas e seis pessoas mortas. Segundo investigações do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), o crime teria sido motivado a partir de uma briga entre pessoas que estavam na festa, popularmente conhecida como festa de “paredão”, ocasionado por conta do uso de grandes equipamentos de som.

Para além deste fato pontua-se a Chacina do Cabula que de acordo com o site *El País* a matéria relata o caso da Chacina do Cabula, ocorrida em 2015 em Salvador, quando 12 pessoas foram mortas por policiais militares em uma suposta troca de tiros. O texto critica a sentença que absolveu os policiais envolvidos, alegando que houve violação de direitos humanos, falta de investigação adequada e parcialidade do juiz. O texto também cita o contexto de violência policial no Brasil e as reações de organizações de direitos humanos e familiares das vítimas.

Outrossim, o texto do portal do G1 (2018) é uma reportagem que relata a situação dos policiais militares que participaram de uma operação policial que resultou na morte de doze pessoas em Salvador, em 2015. A reportagem também informa que o caso foi arquivado pela Justiça Militar, mas ainda está sendo investigado pelo Ministério Público Federal, que denunciou os PMs por homicídio qualificado e fraude processual.

De acordo com a Agência de Notícias das Favelas (2023), nove militares ceifaram a vida de jovens negros na faixa etária de dezesseis a vinte e sete anos. A principal hipótese nas investigações era que tal ato de homicídio foi desencadeado por vingança, visto que, o Ministério Público encontrou provas de que um tenente havia levado um tiro no pé durante uma operação no bairro do Cabula. Criou-se a narrativa de que os jovens assassinados constituíam uma quadrilha organizada em assaltos a bancos, mas, após análises cuidadosas, verificou-se que as vítimas não possuíam antecedentes criminais. Com isso, os policiais, em seu discurso, apontaram que foram surpreendidos com disparos de arma de fogo, e, por isso, reagiram em legítima defesa. Em apoio a ação dos servidores, o governador do período, Rui Costa, realizou uma comparação deles como jogadores de futebol, artilheiros em frente ao gol.

A ação foi considerada uma chacina pelos moradores e por organizações de direitos humanos, que denunciaram a violação de garantias fundamentais e o uso

excessivo da força pelos agentes de segurança. O caso gerou repercussão nacional e internacional, mas até hoje não foi explicado nem julgado. As famílias das vítimas seguem sem respostas e sem justiça, enquanto os policiais envolvidos foram absolvidos em primeira instância e continuam exercendo suas funções.

Referente a esse caso, o assustador é que, conforme aponta o site do *G1* (2018), oito policiais que estão envolvidos na chacina circulavam na rua, exercendo normalmente suas funções. Diante deste cenário, percebe-se o descaso em tratar com seriedade as vidas negras, pois, além da livre circulação dos policiais investigados, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, negou a federalização da investigação, deixando assim sob a responsabilidade da Justiça da Bahia. Mesmo a Procuradoria Geral da República solicitando essa transferência, tendo em vista a existência de graves violações dos direitos humanos e a necessidade de se apurar o caso além da instância estadual, o pedido não foi aceito.

Outrossim, o blog do *El País* (2015), por Flávia Marreiro, nos apresenta a notícia de que, em uma sentença relâmpago, a juíza Marivalda Almeida Moutinho absolveu todos os policiais envolvidos na chacina. Contrariando os trâmites burocráticos da justiça brasileira, a juíza, através de um processo que se apura em sigilo, tomou a decisão com rapidez inusual. O inquérito da polícia civil apurado pelo Ministério Público não condiz com as provas reais obtidas. Desta maneira, questiona-se os procedimentos que insistem em não julgar a chacina que ocorreu no bairro periférico.

Desta maneira, a Chacina do Cabula é considerada um dos maiores massacres da história da Bahia e gerou uma série de protestos e denúncias contra a violência policial e o racismo institucional no estado. Nove anos se passaram e ninguém foi responsabilizado pelo extermínio desses jovens. Um acontecimento que revela um sério assunto sobre a perseguição policial contra o povo preto, uma polícia que é remunerada para proteger e cuidar “[...] mas que na calada da noite covardemente ceifa a vida de jovens negros das periferias” (Santos, 2019 p. 1). No entanto, a Chacina do Cabula revela uma prática de genocídio contra o povo negro em que Achille Mbembe (2003) vai denominar de necropolítica. O historiador em seu ensaio *Necropolítica*, se baseia nas obras de Michel Foucault, para discutir os limites de poder e limites de soberania em que o Estado atua seletivamente decidindo quem vai viver ou morrer, através das políticas de morte, criando estratégias desumanas e

condições mortíferas para os grupos menos favorecidos, com a tentativa de apagar/excluir corpos negros.

É diante deste cenário que fere os direitos da pessoa negra que Hamilton Borges, impacta fortemente na literatura com o seu romance *O Livro Preto de Ariel* (2019).

Uma obra importantíssima que narra a história de Ariel, um jovem negro que vive em um meio onde a população negra é oprimida e explorada pelo sistema constituído de autoridades. Para isso, Borges explora as imagens poéticas para ilustrar os desafios de Ariel em sua luta contra o racismo, a violência e a injustiça. Uma produção que nos faz refletir sobre vários episódios reais genocidas, a exemplo da chacina do Cabula.

O autor Hamilton Borges se inspira em referências culturais, históricas e políticas da diáspora africana, como o candomblé, o quilombo, o pan-africanismo e o movimento negro. O livro também faz uma crítica social ao sistema capitalista, ao colonialismo e ao neocolonialismo. Logo, é uma obra que propõe uma visão alternativa e emancipatória da história e do futuro da população negra no Brasil e no mundo.

Para enfrentar essa realidade, lutas antirracistas se fazem necessárias. Situações que nos impactam, pois, segundo Moraes e Barbosa (2019), os homicídios causados por agentes do Estado já se instauraram na sociedade como se fosse algo normal, sendo assim,

Essas mortes tem um marcador impossível de ser ignorado, apesar de naturalizado por diversos aparelhos da sociedade: Uma maioria de pretos e pardos. Mascarado por uma política de guerra as drogas, o “abate” de vidas em sua maioria jovens negros, é autorizado e legitimado pelo Estado e pela sociedade, configurada numa relação proporcional entre o terror nas favelas e a segurança no asfalto (Moraes; Barbosa, 2019, p. 2).

São ações de uma realidade constante, e de um país que carrega as marcas da escravidão até os dias atuais. O Estado tem o poder de manipulação e tenta nos convencer com cenas duras e cruéis de que a abordagem violenta e o encarceramento são o correto a se fazer, para se ter uma sociedade mais segura. À vista disso, mesmo o Estado utilizando de técnicas para disciplinar e punições para corrigir, ainda é insuficiente para controlar as mazelas sociais. Por causa disso, teme o jovem, negro,

pobre da periferia, exposto às políticas de drogas no Brasil. Por conta disso, a segurança brasileira entende que esse jovem é uma ameaça para a sociedade e que precisa eliminá-lo. Sendo assim, Cunha e Moreira apontam que:

O ódio racial aprisiona o jovem negro pobre no lugar do inimigo da sociedade e do Estado, tornando-se a base de justificação para executar políticas de guerra no campo da segurança pública. No entanto, a noção de necropolítica não se restringe à sua face bélica e entrelaça violência explícita e velada, física e simbólica, destruição do corpo e precarização da vida, envolvendo, assim, outros campos da política. Desse modo, expressões da necropolítica não se localizam somente em cenários de guerra, em Estado de exceção ou em regimes antidemocráticos. É importante destacar que a necropolítica se ramifica em políticas cotidianas que produzem morte social, cerceando horizontes de vida e traçando circuitos de devastação e de mortes e, inclusive, se fazendo presente em políticas que compreendemos, à primeira vista, como de preservação à vida (Cunha; Moreira, 2023, p. 5).

Os jovens negros já nascem em uma sociedade que está programada para negá-los a dignidade mínima de cidadão e as formas de privilégios e bem-estar. Morando nos piores lugares que os brancos, opressores, rejeitaram morar, com as piores condições de trabalho recebendo salários baixos. Cria-se assim um apartheid velado, destinando a maioria dos negros para as favelas, salvo as exceções. Somos o número maior nas taxas de analfabetismo, porque em sua maioria precisa escolher entre estudar ou trabalhar para sobreviver. São essas condições também que reforçam qual será o destino do negro “[...] problemas consequentes de um racismo ‘à brasileira’ que impede a inserção do negro no mercado de trabalho, no âmbito social, político e cultural”. (Amorim, 2020.p. 88). À vista disso, seguindo essa discussão, Mércia Amorim (2020) cita outros casos de morte que foram executadas contra pessoas negras. Sendo assim:

Os disparos de 111 tiros vindos de policiais militares contra um carro, no qual havia cinco jovens negros também é um exemplo escancarado de genocídio contra a juventude preta no Brasil. Os 80 tiros disparados também pelos militares contra o carro onde se encontrava a família de Evaldo Rosa e Luciano Macedo, vítimas desse crime brutal é genocídio. O corpo negro de Cláudia Silva Ferreira sendo arrastado por 300 metros pela PM, após ser morta em uma operação policial, foi um ato de genocídio (Amorim, 2020, p. 97).

E vários outros casos ocultos que acontecem, mas que não sabemos. São ações de genocídio quando essas balas acertam apenas corpos negros. Esse quadro se repete em diferentes espaços do nosso país, especialmente em territórios onde há maiores contingentes de corpos negros. Pessoas com as mesmas características de classe social e fenotípicas são atingidas, mostrando que a violência tem alvo e cor.

Segundo dados de levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), em 2020, 76,2 % de pessoas assassinadas no Brasil eram negras. Com isso, somava-se 405.811 pessoas negras mortas em uma década, que equivale ao número de habitantes da capital de Tocantins, Palmas. Desse modo, observa-se na pesquisa que a chance de um negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,6% maiores do que um não negro. Por conseguinte, os dados mostram que 78,9% representam as vítimas de intervenções policiais. Nesta perspectiva, observa-se que dentro da corporação policial, “[...] mesmo que a maioria dos soldados venha da parte excluída da sociedade, eles absorvem esquemas discriminatórios e desenvolvem condutas violentas contra pobres e não brancos” (Paes-Machado; Noronha, 2002, p. 209). Visto isso, é imprescindível expor como o racismo estrutural encontra-se enraizado em nossa sociedade, manipulando até aqueles que estão em uma posição de maior prestígio, mesmo sendo negros, fazendo-os internalizar práticas de ódio.

3.2 EUGENIA: A TEORIA RACISTA E SEUS RESQUÍCIOS NA VIDA CONTEMPORÂNEA

Além dos aspectos já abordados, ressaltamos que, por volta da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, consolidaram-se diversas teses eugenistas, relacionadas a teorias raciais. Dessa maneira, o termo eugenia foi concebido pelo cientista Francis Galton, em 1883. O inglês desenvolveu várias teorias e sua paixão era estudar como as características físicas/humanas eram passadas de pai para filho. Com isso,

[...] a eugenia é um conjunto de idéias (sic) e práticas relativas a um “melhoramento da raça humana” ou, como foi definida por um de seus seguidores, ao “aprimoramento da raça humana pela seleção dos genitores tendo como base o estudo da hereditariedade (Maciel, 1999, p. 121).

Diante disso, a eugenia é uma teoria que surgiu no início do século XX, fortemente associada às teorias raciais e evolutivas da época, especialmente ao racismo científico e ao darwinismo social. A ideia central da eugenia é a crença na existência de raças superiores e inferiores e na possibilidade de usar a ciência e a técnica para eliminar as imperfeições humanas e acelerar o processo de evolução biológica das futuras gerações.

No Brasil, a eugenia foi adotada por uma parte da elite intelectual após a abolição da escravatura no final do século XIX. Sem o apoio das leis para justificar uma hierarquia racial, esses indivíduos recorreram à pseudociência racista. A concepção eugenista contra o povo negro se manifestou de várias maneiras. Por exemplo, a ideia de “embranquecer” a população já foi política de Estado no Brasil. Além disso, a eugenia de Francis Galton, que inicialmente buscava criar uma “sociedade perfeita”, logo se tornou a “base científica” para todo tipo de racista, sendo sinônimo de uma sociedade menos semita, menos cigana, menos negra.

Porém, a pesquisa de Galton em saber como se dão os processos de transfusão de características entre famílias, era altamente excludente, em que o cientista escolhia apenas pessoas ricas, brancas para esta pesquisa, e as pessoas pobres, e bastardas eram consideradas burras e inferiores. Então características consideradas ruins pelos cientistas passariam para seus filhos também.

De acordo com isso, o termo eugenia foi criado com intuito “[...] de falar em melhoria das raças, enfatizando que quanto mais pura a raça mais forte e melhor ela será” (Gioppo, 1996, p. 2). Seguindo os padrões da eugenia, o indivíduo antes mesmo de nascer, já tinha o seu destino através dos padrões da eugenia e das classificações das raças humanas. Portanto, Maciel (1999) afirma que:

O movimento eugenista, ao procurar “melhorar a raça”, deveria “sanar” a sociedade de pessoas que apresentassem determinadas enfermidades ou características consideradas “indesejáveis” (tais como doenças mentais ou os então chamados “impulsos criminosos”), promovendo determinadas práticas para acabar com essas características nas gerações futuras. (Maciel, 1990, p. 121).

Assim, mesmo antes da teoria eugenista se consolidar no século XIX, essas práticas já aconteciam na Antiguidade. Os próprios gregos e os romanos, selecionavam bebês quando nasciam, e se essas crianças tivessem alguma

deficiência eles as matavam. Se caso essas crianças fossem filhas fora do casamento, eles abortavam (Silva, 1986). Então, anteriormente a eugenia já era praticada.

Durante o período colonial no Brasil, ocorreram uma dessas primeiras políticas eugenistas para embranquecer a sociedade. O intuito era que com o passar do tempo, o processo de miscigenação tornasse a população cada vez mais clara, já que, os negros se encontravam no Brasil em grande quantidade, e cor branca era considerada superior em todos os sentidos, em saúde, fenótipo e entre outros.

Desta forma, acreditavam que os negros iriam desaparecer ou clarear seu tom de pele ao decorrer das gerações devido ao processo de miscigenação. Com isso, Abdias Nascimento (1978) aponta que:

O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O “problema” seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob coação do progressivo clareamento da população do país (Nascimento, 1978, p. 61).

A partir desta compreensão, os mestiços na maioria das vezes eram gerados a partir dos abusos, casamentos interraciais e da exploração sexual da mulher negra e indígena, praticada pelos senhores. Por conseguinte, em 1888 houve a abolição da escravidão, mas não houve uma reparação que assegurasse uma vida digna ao negro na pós-abolição. Assim, ocuparam o espaço da sociedade sem incentivo a frequentar a escola, sem políticas de melhoria de saúde, entre outros. Logo, houve a “liberdade” atrelada a marginalização do povo negro. Em 1942, foi regularizada a lei da vadiagem, que era configurada como delito e prevista no artigo 59, configurava-se em:

Art.59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita:

Pena- prisão simples, de quinze dias e três meses. (Brasil, 1941, s.p)

Então, era como ver os negros sendo presos através dessa lei, pois eram eles que estavam na condição de não ter o que fazer. A lei da vadiagem era uma contravenção penal prevista no artigo 59 do decreto-lei 3.688 de 1941, que punia com prisão de 15 dias a três meses quem se entregasse habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que assegurasse meios bastantes de

subsistência, ou de prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita. Essa lei foi criada em um contexto de forte militarismo e escassez de trabalho e educação para as classes mais baixas, e serviu como instrumento de repressão e discriminação contra os pobres, negros e desempregados, que eram presos arbitrariamente pela polícia por não apresentarem documentos ou provas de ocupação.

A lei da vadiagem foi raramente aplicada após a Constituição de 1988, que garantiu o direito à liberdade e à dignidade humana, mas ainda persiste no ordenamento jurídico brasileiro, causando controvérsia e discussão sobre sua inconstitucionalidade e sua origem excludente. Essa lei também estava interligada à falta de documentos, pessoas que eram flagradas na rua sem documentos também eram presas. Visto isso, nota-se como o povo negro ainda sofre com a falta de amparo e garantia de sua cidadania.

4 A VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA NEGROS NA BAHIA NO CENTRO DA CENA

Haverá que, sem pompa ou esnobismo,
se manter a luta que iniciamos contra o genocídio.
(Borges, 2019, p. 5)

O escritor brasileiro, Hamilton Borges, é natural de Salvador, nasceu e cresceu na rua do Curuzu, no bairro da Liberdade. Atualmente, vive no Engenho Velho de Brotas. Além de escritor, bacharel em Direito, professor, ator, articulador cultural e um dos idealizadores da organização política “Reaja ou será morta ou Reaja ou será morto”. Coordena o projeto Intramuros na penitenciária Lemos Brito. Participou de algumas antologias, dentre elas, *Negrafias: Literatura e Identidade* (2009). Além disso, é escritor de livros como *Teoria Geral do Fracasso* (2017), *Salvador Cidade Túmulo* (2018), *Libido, Dendê e Melanina* (2020), *Bantu Machini* (2023) e do romance *O Livro Preto de Ariel* (2019), a obra que será o documento de análise desta pesquisa. Borges (2019) também utiliza as redes sociais para a divulgação de seus escritos.

O Livro Preto de Ariel é uma releitura de episódios de violência policial contra pessoas negras que acontecem diariamente nas periferias, sobretudo no estado da Bahia. O escritor Davi Nunes (2019) afirma que o romance tem uma grande proximidade com a realidade, o qual revela as mazelas do sistema prisional do território baiano de modo impactante, escancarando as várias faces da literatura negra no Brasil. Por isso, é de extrema importância a sua leitura.

A jornalista e doutora em Literatura, Edma de Góis, em seu texto publicado na revista *El País* (2019), tendo como título *Ele sobreviveu com sua armadura de livros e letras*, aponta que *O Livro Preto de Ariel* (2019) é mais uma narrativa ficcional inspirada na realidade. Essa estudiosa nos afirma que é uma narrativa que mescla a ficção e a realidade de inúmeros jovens, como o protagonista da obra, Ariel. Baseado nisso, pondera-se o poder que a literatura tem, de não deixar a violência racista cair no esquecimento.

A professora doutora Luciana Moreno (2019), em um vídeo publicado na rede social *facebook* do escritor Hamilton Borges, faz um convite para os amantes da leitura. Segundo a docente, *O Livro Preto de Ariel* (2019), para além de ser um romance que denuncia uma situação contemporânea e de forte tom social, é uma obra que fala escancaradamente sobre a força genocida do Estado. Ela considera corajoso

e potente por também denunciar essas práticas que ferem os direitos da pessoa negra. Ainda assim, ela afirma que ao ler o romance, mudou completamente a maneira de ver o mundo e que não é a mesma pessoa que era antes de ler o romance.

Diante deste contexto, é imprescindível observar como os mecanismos de opressão policial se fazem presentes em nossa sociedade. Hamilton Borges, sendo um escritor negro, parte de um lugar de fala para tratar do aspecto da violência da segurança pública, motivado não somente pelo crime, mas sobretudo por questões raciais. Assim, proponho compreender como o romance de Hamilton Borges, *O Livro Preto de Ariel* (2019), aborda a violência policial contra pessoas negras, de contextos periféricos.

A obra, *O Livro Preto de Ariel*, é caracterizada pelas relações entre as classes sociais e como elas se estabelecem na constituição da sociedade. Estas classes são diferentes e antagonistas e emergem com os cenários que escancaram a estratificação social entre as camadas subalternas e a burguesia. Para representar a elite, camada hegemônica na sociedade e no livro, o autor considera grandes nomes da classe alta de Salvador, governadores, ministros, os idealizadores que planejam e criam estratégias para o extermínio de corpos negros.

4.1 ENTRE ARIEL - O NEGRO RETINTO, E AQUELES QUE ABUSAM DO PODER PELA FARDA

Neste contexto, no romance, temos de um lado os policiais que executam as estratégias de captura violenta com o aval do Estado e que abusam do poder da farda que vestem. Do outro lado, Ariel, o personagem principal da trama, negro retinto, pobre e da periferia, tendo as características iguais às do que o Estado extermina. O protagonista da trama é mais um dos inúmeros jovens que sofrem, e vivem diversas brutalidades na prisão baiana. As cenas de agressões e violência se fazem presentes na maior parte da narrativa. Os momentos de aflições acontecem em alguns bairros pobres, a qualquer hora do dia. Neste entendimento, podemos destacar um trecho da obra com um dos inúmeros momentos em que a polícia entra em ação:

Naquela segunda feira, um tumulto danado se faz presente em todo aglomerado do Nordeste de Amaralina. Nordeste. Vale das Pedrinhas. Santa Cruz. Foi tudo sacudido por barulho de balas, carros de polícia

em uma operação que prometia acabar com o tráfico de drogas no aglomerado. (Borges, 2019, p.38).

No trecho, narra-se o pelotão da RONDESP, com sua ação agressiva, causava pânico a todos os moradores daquela região, parecia um campo de guerra, onde somente a polícia atacava, “[e]ra uma caçada, liberada pelo governo, tinha aval dos deputados, dos juízes e desembargadores” (Borges, 2019, p. 39). Observa-se a falsa ideia de tentar acabar com pontos de tráfico apenas como uma máscara para que chegassem ao objetivo de atingir corpos negros, sem ser questionados ou responsabilizados por tais atos.

A polícia do Estado da Bahia age totalmente contra os seus princípios e o direito do cidadão, enquanto “[o] papel fundamental da polícia é de prevenir a prática de delitos, agindo de forma preventiva” (Lopes, 2014, p.16). Vemos então que “o sistema prisional é seletivo e atinge, principalmente, rapazes pobres e negros, os estudos sobre a violência não costumam ir muito além dessa simples constatação” (Soares, Possas, Raupp, 2020, p.12). É sabido que os bairros de Salvador, principalmente os periféricos, comportam a maior população de pessoas negras no Brasil. Desse modo, o escritor aborda em seu livro momentos de terror, vivenciados pelos moradores. Quando o batalhão invade o bairro periférico, nos remete, automaticamente, a cenas de filmes:

Um pelotão da RONDESP e Choque com uns 200 homens passou, em marcha cadenciada e ritmo de guerra, pela Ladeira da Ubarana, onde Ariel dormia com amigos. No ar, aquele cheiro metálico de morte. Eles corriam num trote macabro com fuzis nas mãos, uns com máscaras pretas, outros com pinturas de guerra da selva. (Borges, 2019, p. 38).

Neste trecho, o autor descreve o momento em que as tropas se preparavam para atacar, enquanto os moradores tentavam se proteger da maneira como podiam em suas casas. Escondiam-se embaixo de suas camas, ou até mesmo dentro dos guarda-roupas em caso de ataque ou bala perdida. Como de costume, os soldados iniciavam um coro, com tom de voz alto e grave, porque sabiam que a letra da canção assustava a população local:

Invadir a favela, não vou deixar tu dormir
Aonde você for, eu vou te perseguir

Sou a RONDESP
 Maldito que já matou muita gente
 Que já deixou muitos corpos sob o sol
 Quente e ardente
 Aná na na náuê
 Aê, aê, aô
 RONDESP faz a fila a noite inteira
 É a pena de morte a moda brasileira
 (Borges, 2019, p. 39).

Com isso, ao analisar a fisionomia dos PMs, percebe-se em seus olhos o desejo e sede de matar. Os moradores acordavam assustados, tremendo, as crianças choravam desesperadamente a procura de um lugar “seguro” em casa para se esconder. Era ter barulho de helicóptero sobrevoando a região e ninguém mais saía de casa. Os habitantes pressentiam o que estava por vir, os “bota preta”, nome dado pela população aos policiais pelo fato de o fardamento da corporação conter esse elemento. Repara-se que eles não se importavam com os familiares presentes, nem tão pouco faziam questão de omitir os corpos que exterminavam.

Depois de mais de quarenta minutos de uma operação que resultou em seis mortos, na frente dessas mães / mulheres despedaçadas, eles arrastaram os corpos já sem vida pelas placas de cimento, puxados pelos pés, como porcos abatidos. Pouco sangue restava, as cabeças batiam nas placas de cimento, aumentando a agonia dos presentes. (Borges, 2019, p. 42).

Em sua dissertação, Mércia Amorim (2020) aponta que os artifícios utilizados para praticar o crime de genocídio contra pessoas negras da periferia estão cada vez mais escancarados, pois não fazem sequer questão de esconder os crimes. Segundo ela, essas práticas violentas do genocídio vêm através da força que o Estado tem, aliada a violência policial capaz de acertar diretamente o alvo em questão de segundos, neste caso, o povo preto. A bala lançada dos fuzis tem preferência em quem acertar, jovens negros, pobres e periféricos. Na obra, a polícia mencionada ocupa um espaço de opressora, porque exerce poderes de morte com o aval do Estado e realiza um trabalho articulado na caçada por esses jovens, aos quais torturam sem nenhuma piedade, demonstrando prazer em realizar torturas.

No segundo capítulo de *O Livro Preto de Ariel*, intitulado pelo escritor como *Centuriões: Pacificação Por Meio de Terror e Morte*, o autor descreve uma operação policial que ocorreu no Nordeste de Amaralina, provocada pelos policiais da região.

Quando anunciavam a sua chegada, os moradores temiam o que estava por vir: sessões de tortura e mortes pelo caminho. Assim, narra-se uma operação policial truculenta, e sem nenhum preparo que resultou na morte de seis jovens. Mortes essas que não havia nenhuma situação suspeitosa de crime, nada que indicasse alguma ação criminosa. Os moradores da região já viviam amedrontados, pois já conheciam o movimento da polícia há anos, e nada mudava.

Neste seguimento, o grupo ATITUDE RAP, do Rio Grande do Sul expressa através da canção intitulada como *Violência Policial* a ríspida ação da polícia.

Madrugada agitada cachorro latindo
 Tenho o pressentimento uma alma tá subindo
 Barulho de tiro nesse horário não é normal
 Deve ser a polícia preparando um funeral
 Barulho de sirene acorda os moradores
 Depois vem a notícia morre um trabalhador
 Honesto humilde considerado bandido
 Deixou para sempre uma mulher e dois filhos
 A mancha de sangue do local não se apagou
 São marcas da violência que a polícia deixou [...]
 (Atitude Rap, 2013).

As cenas descritas na canção, tem uma relação semelhante com *O Livro Preto de Ariel* (2019). Não importava se o sujeito era trabalhador, estudante, tinha família, se votou no candidato de esquerda, se era envolvido ou não, bastasse ser negro e encontrar a polícia em qualquer momento do dia, sobretudo se estivesse usando cortes de cabelo mais descolados, com tatuagens, esses jovens são os mais vulneráveis aos abusos policiais. Torturam, matam e depois somem com os corpos. Os entes queridos nunca mais teriam notícias. O "marginal" na obra *O Livro Preto de Ariel* (2019), é retratado por estigmas, durante as cenas presentes na obra percebe-se que os policiais não torturam, matam pelo que o sujeito fez, e sim por questões sociais, vulnerabilidade e principalmente pelas características fenotípicas.

Buscando compreender as formas de estigmas e como elas se apresentam na obra *O Livro Preto de Ariel* (2019) a primeira forma de estigma marcante na obra se destaca quando o personagem Ariel, ao retornar de sua audiência, triste e sem esperanças, se vê em um momento sombrio e sem nenhuma perspectiva de sair da prisão. Ariel olhava tudo com negatividade, pois ele percebeu na audiência que ele poderia estar certo, mas o juiz tinha o poder de superioridade, com isso, ao retornar da audiência, Ariel, em uma conversa com outro detento, diz:

- O que eu vi mesmo é que eles têm ódio de nós, Diogo. Tem nada a ver com tráfico não, mano. Droga eles tão cheio dentro de casa mesmo, usam na moral, polícia nenhum prende. O negócio é a cor de pele, parceiro. Eu olhei os olhos deles, tudo olho azul, eles olham você indo pro inferno, eles faz piada.
- Cê tá certo, pivete. Esses canalha negocia a gente desde o tempo dos escravo, se você não cometer um erro, eles vai inventar...- Falou Diogo. (Borges, 2019, p. 128).

A partir do exposto, nota-se o descaso e as cenas de injustiça com as vidas negras. A predestinação e a condenação sem julgamento, acarreta reforçar um estigma racista de que vidas negras não importam. Nota-se que temos um público, hegemonicamente branco, que traça o destino de pessoas negras, como se fossem objetos, sem sentimentos e sem valor. Estigma esse que perdura aqui no Brasil desde a escravidão. Goffman explica sobre o termo estigmas,

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (Goffman, 2015, p. 6).

Dessa maneira, a polícia realiza suas ações sustentados pelos estigmas da questão racial. Sendo assim, a sociedade busca categorizar as pessoas e os seus atributos vistos como comuns ou naturais a cada um dos membros dessas categorias. Goffman explica que quando esbarramos com algum estranho, logo tentamos identificar a qual categoria pertence àquele indivíduo, nessa questão que estamos discutindo, se a polícia sair a rua para uma ronda, e se deparar com um negro, malvestido, com tatuagens, já é um atributo para que o torture, porque a polícia entende que é um criminoso.

Por conseguinte, outra questão que a obra de Borges (2019) traz são momentos em que a polícia maldosamente, cria cenas de crime para parecer que estavam em confronto com bandidos, quando na verdade não há nenhum indício de cenário criminoso no local. Dessa maneira, monta uma cena de crime com intuito de

construir uma imagem de que os jovens negros estão em confronto com a polícia e, por isso, os “bota preta” estão no direito de revidar. Acerca disso, podemos observar no trecho abaixo:

Saindo de um beco, o pelotão abriu um clarão no coração de um campo de futebol. Atrás do campo, havia um matagal que dá passagem para a Pituba. Alguns garotos correram e eram garotos mesmo. Tinham entre quatorze e dezesseis anos. A tropa abriu fogo, sem aviso, sem plano, sem nada. Apenas tiros pelo meio do mato. As balas atingiram dois dos garotos de forma fatal:

- Quem mandou atirar nessa porra, rapaz? Quem mandou, desgraça? Matou a porra do viciado. Que porra, rapaz! -O tenente falou demonstrando irritação. -Pega a porra da bolsa aí, Pacheco.

Um outro soldado veio correndo. Faria a prática que indicava um protocolo conhecido: retirou um saco preto da bolsa camuflada.

Do saco preto, alguns objetos que Ribeiro não viu de imediato do que se tratava; andou até os corpos estirados dentro do mato; retirou uma arma calibre trinta e oito e vários pacotes com maconha, crack e cocaína. Colocou a arma na mão de um dos jovens já sem vida e deflagrou o tiro em direção a entrada do campo:

- Pronto, agora seu fila da puta. Façam o favor de encontrar o outro trombadinha para não ter testemunha nessa porra, quem tiver com o celular por aqui, pega e quebra essa porra. Aqui é RONDESP, porra. (Borges, 2019, p. 67-68).

Nesta cena vemos a polícia reproduz um comportamento que antecede as leis, ao camuflar a ocorrência, forjando um confronto policial (Schlitter, 2016). Esse comportamento é evidenciado quando a polícia claramente exerce isso como uma prática diária contra a população negra. Expondo evidentemente a sua insatisfação em que a população negra não deve estar inserida na sociedade, pois oferece ameaça ao corpo social. Por isso quando não se acha motivos para praticar uma chacina, eles provocam os motivos. A seguir, em seu romance *O Livro Preto de Ariel* (2019), o escritor descreve um fato que ocorreu em Salvador, conhecida como a Chacina do Cabula.

Eram cinco mil vozes mais os mortos. E aquela união de objetivos os levava ao campo em que cercaram os doze jovens, os emboscaram, de forma premeditada e os fuzilaram sem a menor piedade.

Dispararam cento e quarenta e três tiros. Cinquenta e cinco atingiram a nuca e oitenta e oito, os corpos. Os projeteis nas mãos de alguns jovens, indicava posição de defesa, eles colocaram a mão como único recurso para impedir uma bala de tirar suas vidas. Foram arrastados no chão de barro, colocaram armas em suas mãos, vestiram-nos com roupas camufladas e criaram uma tese absurdamente insustentável de que eles queriam roubar um banco. (Borges, 2019, p. 219-220).

Essa situação se inicia quando mulheres que são parentes dos jovens mortos pela polícia não suportam mais ver as atrocidades acontecendo de modo recorrente. Então uma multidão de pessoas em descontentamento, caminhando pelas ruas se une e segue em direção, ao campo de futebol onde ocorreu a Chacina. Por lá, ainda era possível encontrar objetos dos mortos, naquele lugar as mulheres da manifestação e em um momento de tristeza entenderam que na Bahia existe uma guerra racial.

Hamilton Borges ilustra na sua obra a realidade de presos que sofrem com as más condições na penitenciária, vivendo dias desumanos e sem direito a um julgamento justo. Pois é na penitenciária que Ariel, sofre constantemente. No enredo do romance, Ariel se destaca como personagem principal, que representa o dia a dia de milhares de pessoas que vivenciam o cárcere privado de forma degradante, no regime penitenciário. Com isso, o narrador ao contar a história de Ariel, afirma: “—Ariel pensou o óbvio, os presos eram todos pretos, retintos como ele, empobrecidos violentados e tristes” (Borges, 2019, p. 116). Com isso, vemos também que o Brasil lidera a maior porcentagem de superlotação nas penitenciárias, e com elas as más condições de sobrevivência também, de acordo com isso, Adorno (1991) reitera que:

Não são poucos os indicadores que espelham a precariedade do sistema penitenciário. Embora as condições de vida no interior dessas “empresas de reforma moral dos indivíduos” sejam bastante heterogêneas quando consideradas sua inserção nas diferentes regiões do país, traços comuns denotam a má qualidade de vida: superlotação; condições sanitárias rudimentares; alimentação deteriorada; precária assistência médica, judiciária, social, educacional e profissional; violência incontida permeando as relações entre os presos, entre estes e os agentes de controle institucional e entre os próprios agentes institucionais ; arbítrio punitivo incomensurável. (Adorno, 1991, p. 70-71).

Na obra *O Livro Preto de Ariel* (2019), o escritor escancara minuciosamente os problemas existentes na penitenciária, a alimentação era uma das piores possíveis, o alimento oferecido aos presos era sempre comidas podres ou cruas ou estavam em processo de apodrecimento. O sistema penal vedou a alimentação em que os presos recebiam de seus familiares, deixando apenas com a alimentação da prisão. Os presos não tinham acompanhamento médico, muitos estavam infectados com

tuberculose, sífilis e HIV. Nicanor tinha um caroço no pescoço, todos sabiam que era câncer, mas ninguém fazia nada, deixavam morrer à mingua. As celas eram sujas e abafadas, além de empesteadas de animais peçonhentos. A violência na penitenciária era ainda mais brutal, pois os presos estavam reclusos e vulneráveis a qualquer tipo de situação.

Com isso, percebemos que a justiça para esses presos, de certo modo, é corrompível, pois os presos ficavam anos e mais anos sem julgamentos. Ariel já estava há um ano e meio sem julgamento, e seu companheiro Nicanor há três anos. a defensoria só enrolava, falava um monte de bobagens e eles iam sendo esquecidos ali. Quando Ariel realmente consegue a sua audiência, o juiz que é um homem branco de olhos azuis, nega a sua liberdade. A partir disso, refletindo sobre o seu papel na sociedade, em contramão, temos a ação policial que persegue, de forma racista, vidas negras. Assim,

Os papéis do flagrante de Ariel já tinham sido formalizados. A base provisória montada no Vale das Pedrinhas tinha presença de Delegado de Polícia, Ministério Público e Defensoria. Prender estava fácil. Garantir liberdade é que era quase impossível. Os moradores corriam por notícias de seus entes queridos e nada, nenhuma resposta, só esporros e maus-tratos. Os policiais saiam com as viaturas cheias de prisioneiros se dirigindo para a já lotada casa de detenção. (Borges, 2019, p. 76).

Neste exposto, depreende-se que as acusações contra os negros tendem a ser condenatórias. Isso se explica dada a rapidez para formalizar o flagrante de Ariel, constituído por autoridades, que detém o poder e legitimam a “veracidade” de tal ocorrência em nome da “justiça”. O que se verifica é que a acusação ocorre de forma repentina, sem acesso aos direitos como pessoa humana. As pessoas presas na operação do Nordeste de Amaralina são levadas como animais, como gente que não tem família, são impedidos de qualquer contato, como é o caso de Ariel. Por parte dos acusados ou suspeitos, toda tentativa de revide é em vão, pois conforme nos é descrito, são respondidos com esporros e maus-tratos.

Essa situação não se dá ao acaso. Assim como nos explica Hall (2017), o quesito raça cria distinções, formas de tratamento diferenciadas, inclusive acepções. Por mais que no campo da ciência não se comprove a teoria de raças humanas, a ideologia hegemônica insiste em reforçar a cor da pele como um dos elementos para

hierarquizar as pessoas que vivem na sociedade, usando como critério para isso aspectos raciais. Com isso, se designam uma raça superior, acham-se no direito de subjugar raças, que eles mesmos caracterizam como ditas inferiores.

Concernente a isso, nos é revelado a crueldade somada a práticas injustas: “É inconstitucional, mas ali alguns presos cumprem medidas de Regime Disciplinar Diferenciado - RDD. São penas intermináveis, penas exorbitantes estendidas por mais prazos e mais prazos” (Borges, 2019, p. 78). Diante disso, o negro é colocado em situações de extremo sofrimento, pois, em regime fechado, não tem quem os defenda quando a imagem estigmatizada de criminoso insiste em o condenar. Por isso, tais penas intermináveis, na verdade, são táticas para os varrer da sociedade, como se dejetos fossem.

A violência policial é um problema grave que afeta muitas comunidades em todo o mundo. Refere-se ao uso excessivo ou desnecessário de força por parte das autoridades policiais durante a aplicação da lei. Infelizmente, casos de violência policial têm sido amplamente documentados e discutidos nos últimos anos, levando a protestos e movimentos de conscientização. Casos de brutalidade policial, abuso de poder e discriminação racial são frequentemente relatados, levando a protestos e exigências por justiça e reformas nas instituições policiais. É importante reconhecer que a violência policial não é um problema isolado, mas sim um reflexo de desigualdades estruturais e históricas que afetam as comunidades negras. A falta de confiança nas autoridades policiais, devido a experiências de violência e discriminação, cria um ciclo de medo e tensão entre a polícia e as comunidades negras.

A verossimilhança que Borges nos apresenta em torno da violência policial contra pessoas negras, nos faz repensar questões urgentes sobre o racismo no Brasil. Essas práticas de subjugação, punição e extermínio prevalecem quando demonizam a cor negra e nela depositam toda a culpa, mesmo que as vidas negras sejam inocentes. Em virtude disso, Martins (2017), nos apresenta o cenário de que nossa segurança nacional não atua com imparcialidade em serviço, na medida em que ela não é neutra em suas ações. Assim, ele o classifica como despreparada, já que age impulsivamente, com o ódio que reforçam sobre a cor negra.

Retratos de gestos e ações de ódio são recorrentes no romance, a exemplo do fragmento: “Os policiais retiraram os dois rapazes do carro com xingamentos, socos,

empurrões. Ali não era lugar para gentileza, ali se exigia o destrato como regra de sociabilidade” (Borges, 2019, p. 78). Nesta perspectiva, questiona-se se a ação do policial é para combater o crime ou é uma forma de expressão em repúdio a cor negra. Ou melhor: faz parte da garantia da segurança pública ou é prática que denuncia que vivemos numa sociedade estruturalmente racista? Qual é a real motivação de espancar e violentar de forma vergonhosa vidas negras, pois além da violência física, também é constatada a violência verbal?

Nesta perspectiva, Cunha e Moreira (2023) também nos fazem pensar acerca dessa cena de violência extrema. O racismo não fica simplesmente em discursos, mas também em práticas, como ter aversão a cor negra e ódio. De acordo com esses autores, o ódio racial faz refém milhares de jovens negros em nosso país e os trata como se eles fossem os inimigos da nação, um lixo a ser varrido da sociedade. Tudo isso reflete em um grave problema social de exclusão e marginalização, visto que, diversos espaços sociais insistem em reprimir ou pressionar vidas negras, sempre em práticas de desconfiança e abusos. Essa obrigação de ter que aceitar a cor negra na sociedade não é suficiente, pois o ódio que impera nas ações, como aqui na dos policiais, só reforçam os estigmas de que a cor negra não é bem-vinda neste país. E o narrador nos traz ainda outro agravante que nos mostra que a violência tem cor e tem nome:

A cela estava lotada, a maioria –homens do Nordeste de Amaralina – aguardava para entrar no pátio. De uma coisa Ariel sabia, como ele, ninguém ali devia nada ou se devia era coisa pouca, mas o governo insistia em colocá-los em gaiolas. ” (Borges, 2019, p. 81).

Falar em marginalização, implica em uma série de questões. Dentre estas, como uma camada branca, elitista e racista inibe a visibilidade e convivência com pessoas negras, deslocando-os para contextos periféricos. É uma maneira de ter um *apartheid*¹ velado, com cenários de exclusão e forte discriminação, mesmo em meio a uma constituição que nos assegura liberdade e igualdade. Assim, vê-se que as populações negras e periféricas, viverem ameaçadas ou em cárcere é uma tentativa de não os deixar ocupar lugares sociais. Isso é constatado quando Ariel deduz que,

¹ O termo *apartheid* significa separação ou identidade separada, foi um regime político que ocorreu entre 1948 e 1994 na África do Sul e que era pautado na segregação racial.

assim como ele, as pessoas ali em sua volta, apesar de estarem presas por serem suspeitas de algum crime, não deviam nada à sociedade. Pelo contrário, a sociedade brasileira que possui uma dívida histórica com essas pessoas, seja pelo período do escravismo colonial, seja pelo tratamento racista e opressor que dá a ela.

É neste sentido que Soares, Possas e Raupp (2020) nos fala como a própria polícia inibe as expressões negras, reprimindo sua identidade e forma de atuação na sociedade, como a arte e maneiras de ser. A repressão identitária é vista quando a segurança pública determina perfis de criminosos, que se cruzam com as identidades negras, principalmente de contextos periféricos. Logo, mostra-se um cenário que vidas negras precisam seguir um padrão branco para ser aceito, reforçando discriminações e preconceitos em nossa sociedade.

No romance *O Livro Preto de Ariel*, a ação da polícia se dá de forma desumana e repugnante, “Gritaram ao fundo do pelotão de policiais, para os homens tirarem as roupas e jogarem para fora da cela. Em seguida, lançaram um jato de água que derrubou alguns dentro da jaula molhada e apodrecida” (Borges, 2019, p. 72). Neste entendimento, os maus tratos se agravam à medida que as vidas negras ficam à mercê do comando policial, sendo tratados como objetos que não sentem dor. O que confirma que a maior marca do racismo é a desumanização das pessoas negras.

Desta forma, a cena continua: “Largaram todos os homens de cueca, abaixados num cimento quente nesse espaço entre a grade maior e o portão. Deixaram-nos ali sem explicação, sem comando, sem nada. Ariel se sentia um lixo”. (Borges, 2019, p. 82). O sentimento de tristeza e inutilidade nos é transmitido quando vemos as situações em que os encarcerados passam. Tudo isso reforça a ideia de castigo, como na época da escravidão no Brasil, em que eles, em virtude da sua cor e condição, eram explorados e torturados ao máximo, a ponto de se equiparar a fala de Ariel se sentir um lixo. Assim, podemos afirmar que a estrutura carcerária brasileira tanto, por um lado, trata as pessoas que ali estão como coisa sem valor, quanto incute nela essa visão sobre si mesmas, o que corrobora com a existência de um ciclo de silenciamento.

A realidade das vidas negras se cruza com a de Ariel, pois o racismo é uma ferramenta de opressão e violência contra a dignidade humana. Neste cenário, Munanga (2004) nos alerta que o racismo cria a divisão da sociedade em raças, e, por isso, tratamentos diferenciados são legitimados pelo sistema opressor. Diante

disso, quando falamos de racismo, não se resume somente a cor da pele, mas tudo que culturalmente e sociologicamente compreende aquele sujeito. Com isso, a existência de pessoas negras negligenciada por essas ações bárbaras.

O racismo estrutural revela suas marcas mais profundas na sociedade. Até em quem administra e comanda o nosso país pode ser ecoado discursos de ódio e colocar em prática ideologias racistas. “O governador era implacável com os presos, os direitos e as concessões foram sendo cortado aos poucos” (Borges, 2019, p. 86). Denota-se assim, que as condições humilhantes eram reforçadas, graças ao aval de um governo, racista e elitista.

Concordando com Amorim (2020), afirma-se que a segurança brasileira não se reconhece violenta e muito menos autoritária. Isso porque, essas práticas estão entranhadas na sociedade, graças aos efeitos do racismo estrutural. Em todos os casos em que se interroga a polícia, narrativas são criadas para se justificar tais atos, mas nunca se chega ao fato, sistematicamente articulado para encarcerar, matar ou coagir vidas negras neste país:

A polícia, como um todo, não se reconhece enquanto instituição autoritária e violenta. Quando vêm à tona práticas de uso abusivo de força por parte de policiais, eles afirmam ser apenas mais um caso isolado. Mas, a verdade é que a polícia brasileira, mesmo num governo dito democrático, é formada para coagir, encarcerar, exterminar preto, pobre e de periferia (Amorim, 2020, p. 108).

Diante deste contexto caótico, surge Ariel, um homem sonhador e que não baixa a cabeça diante destes acontecimentos. Ele resiste, e por isso, re-existe, graças ao conhecimento, a leitura, que abrem as portas para a sua luta em prol da sua própria liberdade e da autonomia de seu povo. Ele entende que por meio de uma educação crítica ele encontrará as ferramentas necessárias para lutar contra o sistema racista. Desta maneira,

Ariel era um fiel devoto dos livros, lia em todo seu tempo livre, agradecia os livros que tinha, pedia livros a suas visitas, ganhava livros das visitas de seus companheiros de cárcere. Para a maioria ali dentro, o livro não servia para coisa alguma. Para Ariel valia a liberdade! Fazia pequenos serviços, tendo os livros como pagamento. Adorava literatura, adorava dialogar com os personagens que, à noite, vinham dialogar com ele. Já havia lido Estado com Ponciá, com Brás Cubas, com Policarpo e tantos outros. Em um ano, acumulou uma vasta biblioteca com livros e revistas (Borges, 2019, p. 93).

Além de uma educação libertadora, transgressora, as vidas negras precisam ecoar suas vozes, encontrar apoio, buscar mecanismos que as favoreçam. Segundo Nascimento (1984), muitas foram as presenças do povo negro em nosso país, desde o doméstico até o social, desde a senzala até a cargos de chefia. Isso tudo para lutar pelo reconhecimento identitário e respeito pela sua maneira de ser e viver. É por meio disso que a gente vê questionamentos e inconformismos, pois a intenção de nos jogar no cárcere nunca foi apenas pelo argumento do cometimento de um crime. Mas foi, e ainda é, pelo projeto político racista que se utiliza do genocídio como forma de negar a existência negra e sua fundamental importância na constituição da sociedade brasileira. Assim atitudes de resistência, como a de Ariel, se fazem mais que necessárias para desequilibrar um sistema racista, opressor e violento em nosso país. E romances como *O Livro Preto de Ariel* (2019), se constituem em molas propulsoras para inspirar a existência de muitos outros Arieis.

5 NOVAS PERSPECTIVAS E NOVOS HORIZONTES: POR UMA SOCIEDADE QUE BUSCA RESPEITO

Ao fim deste trabalho, gostaríamos que as pessoas sintam, como nós, a dimensão aberta da consciência. Minha última prece: Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!
(Franz Fanon, 2008, s.p)

Com esta monografia pude abordar sobre o fenômeno da violência policial em contextos periféricos. Tendo como principal documento de estudo *O Livro Preto de Ariel (2019)*, do escritor Hamilton Borges, o qual relata as mazelas em que a periferia vive, marcada pela violência policial contra o povo preto que nesses espaços residem.

A partir de estudos empreendidos sobre as escritas periféricas, suas representações e como elas permeiam em nossa sociedade, destaca-se neste trabalho a produção literária de Hamilton Borges, um escritor negro, baiano, que aborda sobre os fatos cotidianos que afetam a periferia da capital baiana. Nesta obra, a violência, motivada pelo racismo que é estrutural em nossa sociedade, insiste em perseguir vidas negras, desqualificando-as do prestígio de viver com equidade e igualdade na sociedade. Neste viés, a temática sobre a representação literária e a violência policial dirigida a pessoas negras em *O Livro Preto de Ariel* surgiu como marco inicial de escrita.

Por meio de uma abordagem qualitativa, em que buscou-se analisar as ações policiais contra pessoas negras na comunidade do Nordeste de Amaralina em Salvador através da obra literária *O Livro Preto de Ariel (2019)*, viu-se que as ações policiais são totalmente parciais e intencionais, marcadas pelo racismo e discriminação. Isso porque a cor da pele ainda é o parâmetro de maior avaliação para julgar ações infratoras na sociedade. Com isso, de maneira metafórica, o autor nos ilustra situações, verossimilhantes, do que podemos vivenciar em contextos periféricos, com pessoas inocentes que sofrem repreensão e abuso provenientes da segurança pública. Desta maneira, Hamilton Borges, através do seu narrador que tudo observa e contempla, aborda a forma contundente e explícita de uma violência marcada pelo racismo.

Diante disso, através de uma pesquisa descritiva e explicativa, pude analisar, descrever e explicar as representações das ações de abuso policial na obra, mapeando na narrativa cenas de violência e abuso policial com o público negro

periférico. Nesta pesquisa documental, pude realizar um estudo necessário e relevante, pois trabalho uma temática latente na sociedade que é a violência policial contra pessoas negras na obra de Hamilton Borges.

Este é o momento de olharmos para o corpo da pesquisa e refletir. Diante dos problemas que me rodearam, do medo ao escrever este trabalho, posso me declarar como uma mulher persistente, pois como diz na canção Emicida *Levanta e Anda* (2013), "Quem costuma vir de onde eu sou, às vezes não tem motivos pra seguir, então levanta e anda, vai, levanta e anda vai, levanta e anda. Mas eu sei que vai, que o sonho te traz coisas que te faz prosseguir ". Desta maneira, fazer uma pesquisa que se aproxime da objetividade, de modo a analisar cada trecho e imagem que são imanadas na narrativa, desafiou-me e me engajou a ir em busca de explicações para o que ali está posto.

Conforme abordado, compreendemos que a história do negro no Brasil foi e é marcada por muitos conflitos durante o período da colonização e permanece até os dias atuais. Milhões de africanos foram arrancados dos seios familiares e trazidos para o Brasil como escravizados e obrigados a realizar trabalhos forçados abusos físicos e aceitar condições desumanas de sobrevivência tratados como animais, sem direito a nenhuma remuneração. Eram acorrentados e chicoteados. A comida era farinha com pedaços minúsculos de carne seca. As condições de vida eram precárias, desde alimentação, saúde até as vestimentas.

Neste contexto, observa-se que essa história de sofrimento está fortemente enraizada desde o período colonial do nosso país. Além disso, os efeitos dessa herança ainda são perceptíveis em muitos ângulos na sociedade contemporânea, sendo elas, discriminação racial, as desigualdades socioeconômicas e as estruturas de poder que favorecem apenas um grupo social. Todavia, observamos também que a literatura negra por muito tempo foi marginalizada e excluída dos meios literários por uma questão de raça e autoria.

Diante desse cenário, ao longo do tempo percebe-se que houve esforços por parte da população negra para reconhecer e combater as consequências desse período. Dentre esses, temos os movimentos sociais, políticas de ações afirmativas e iniciativas educacionais que buscam pela igualdade. Entretanto, antes desses movimentos os negros já insatisfeitos lutavam através da formação de quilombos, rebeliões e outras ações. Com toda essa situação, é importante salientar que os

negros contribuíram de modo significativo para a construção do nosso país, trazendo para o Brasil fortes influências que desempenharam um papel crucial na formação da identidade cultural brasileira. Grandes influências que abrangeram diversas áreas, incluindo cultura, culinária, religião, música, linguagem, política, entre outros.

Com isso, a partir das discussões com o referencial teórico de início observamos através do *Atlas da Violência*, especificamente no Estado da Bahia, a diferença evidente dos números de negros mortos e o número de mortes de não negros. Os números de negros mortos constantemente disparam em números de homicídios no Brasil. Nisso percebemos que de fato é um reflexo das desigualdades sociais e econômicas que atinge de maneira desigual as comunidades negras.

Vê-se que o Brasil é um país excludente e racista que a cada dia vêm apresentando estratégias para eliminar corpos negros da sociedade. O próprio mapa evidencia que os jovens negros da periferia são os que mais sofrem com essa brutalidade. De acordo com Martins (2017), o comando policial é o principal órgão motivador desses crimes, uma polícia que abusa do poder e que é despreparada, mirando sempre corpos negros. Com isso, vimos que para a segurança pública, os negros são pessoas que não deveriam estar na sociedade. Por isso, buscam incansavelmente extinguir essas pessoas. Neste contexto, vemos a necessidade de haver reformas no sistema de justiça e processos justos para os responsabilizar o estado e suas instituições pelas práticas genocidas contra os negros no Brasil.

Percebe-se que o genocídio do povo negro no Brasil trouxe marcas profundas para nossa sociedade que envolve aspectos históricos, sociais, políticos e culturais. Segundo o ativista e intelectual Abdias Nascimento (2016), autor do livro *O Genocídio do Negro Brasileiro*, o genocídio é um processo de racismo mascarado, que visa eliminar a presença e a contribuição dos negros na formação da sociedade brasileira. Para ele, o genocídio se manifesta de diversas formas, como a violência física, a exclusão econômica, a negação da identidade, a invisibilidade da cultura e a manipulação da religião.

Somado a isso, conforme o Atlas da Violência (2020) nos mostrou, existe uma alta taxa de mortalidade dos negros por homicídio, constatando-se que 75,7% das vítimas de homicídio no Brasil em 2018 eram negras. Sendo assim, ainda hoje vê-se processos excludentes e marginalizantes do povo negro no Brasil, como dificuldades de moradia, trabalho, saúde e acesso à informação.

A persistência do racismo estrutural e institucional, que dificulta a ascensão social, a representatividade política e a garantia de direitos dos negros, implicam para que os negros tenham uma menor renda, escolaridade, acesso à internet e outras garantias para os cidadãos brasileiros. Diante desse cenário, é fundamental reconhecer e valorizar a resistência e a luta do povo negro no Brasil, que tem buscado afirmar sua identidade, sua cultura, sua história e seus direitos.

A partir da discussão empreendida, o estilo literário que Hamilton Borges nos traz através da sua escrita literária nos faz pensar como ainda a questão de raça é predominante em nosso país e urgente de ser tratada. É nítido como a forma que os negros são tratados, vistos e acolhidos em nossa sociedade, nos traz uma reflexão importante para o nosso país, sobre o racismo. Com isso, é notório que as ações policiais e a forma como executam o trabalho não é visto como o papel real do agente policial, pelo contrário são intencionais e abusivas, pois o aval lhes é dado por conta da imagem negativa sobre o povo negro. Com base na pesquisa, as formas de genocídio do povo negro é algo que acontece desde o período da era escravocrata, e que hoje se tornou uma artificio em que o Estado utiliza de modo contínuo para matar pessoas negras.

A obra *O Livro Preto de Ariel* nos mostra algo que não é recente, é uma voz que ecoa pedindo justiça pelas mortes desses jovens, famílias que choram apelando por socorro, e nada está sendo feito. Na escrita de Hamilton podemos perceber a força que a literatura negra tem, sobretudo a do escritor que, além dos fatos dolorosos narrados, é também uma narrativa de resistência, a exemplo das mulheres na narrativa que se unem em busca de direitos e de melhorias para o seu povo.

Durante esta análise, achados importantes valem ser pontuados aqui. A primeira delas é que o racismo estrutural impera nas práticas de abordagem da polícia baiana, em um sistema opressor, que beneficia e vive em cordialidade com pessoas brancas, e oprime pessoas que são suspeitas por conta da sua cor. O próprio protagonista da obra, Ariel, é testemunha desse fenômeno, ciente das barbaridades que são executadas com seus pares, vítimas da RONDESP, em que, sacrificam esforços para cumprir ideologias racistas e genocidas contra o povo negro.

Outro resultado desta pesquisa é que as forças truculentas policiais não agem sozinhas. Isso nos faz refletir acerca de um sistema hegemônico que pregam ideologias de raça ainda em nosso país. Um dos exemplos que se observa durante a

análise é que o próprio Estado contribuía para a opressão contra o povo negro, sendo omissos para averiguar as atuações policiais nos bairros periféricos, quando os corpos negros eram alterados antes da perícia, executados de forma covarde e sem poderem se defender. Logo, dá-se o aval para que as autoridades legitimadas atuem de forma imparcial, contrariando o próprio entendimento do que venha a ser justiça, em um processo velado de genocídio contra a população preta.

O personagem Ariel é vítima do sistema político opositor à existência do povo negro. Ele é impactado pela força do ódio, acusado, espancado e culpado, mesmo sem provas cabíveis contra ele. Isso só nos faz entender que o principal fator que leva ao encarceramento do povo negro não é porque ele leva uma vida infratora, mas sim, porque ele carrega marcas da escravidão, de uma descendência africana, que até os dias atuais é demonizada e sofre ataques de ódio e extermínio.

Ciente disso, a obra nos traz a observação de que é preciso resistir com práticas antirracistas frente a uma sociedade racista. Uma das formas para se ganhar notoriedade e poder de fala e buscar ocupar os espaços que são legitimados por uma sociedade racista é o espaço educacional. Por isso, Ariel constrói bibliotecas, incentiva a leitura, dá ouvidos aos mais velhos, entre outras práticas de união do povo preto para criar redes de proteção entre seus pares. Mas como há processo de enfraquecimento de lideranças negras, Ariel foi perseguido e preso. Isso também nos faz pensar em cenas como a de Mariele Franco, a qual continua viva na memória social com sua luta e engajamento.

Com base na discussão feita, pondera-se também que o Estado possui sua culpa frente a um processo de marginalização e encarceramento do povo negro. Isso se reflete mesmo em um estado com a maioria da população negra. Existem articulações hegemônicas, seguindo padrões coloniais que buscam inferiorizar a população negra. Por isso, constata-se na obra essa máquina de exploração e violência, em que, toda ação do povo negro virá alvo de crítica e perseguição.

Essa pesquisa me possibilitou ver a literatura negra além do que imaginei que fosse, uma literatura que visibiliza as pessoas e sobretudo abre espaço para as pessoas negras escreverem sobre si. Assim, dá-lhes a oportunidade de escreverem sobre os anseios que os rodeiam. As situações de violências descritas no livro me inquietam, pois me leva a pensar com criticidade sobre as injustiças, e como lutar para que os autores dos crimes sejam responsabilizados. Através desta pesquisa pude

conhecer com mais afinco a realidade dos moradores das periferias e os dramas vividos. Mas também compreendi a força da união dos movimentos em busca de justiça.

Portanto minha pesquisa não se finda aqui, pois existem lacunas que precisam urgentemente serem pensadas. O escritor Hamilton Borges, nos inquieta a refletir sobre o sistema penal, porque ele não se caracteriza como um sistema justo e igualitário. Sendo assim, ainda vale pensar ainda nesta mesma obra: as famílias das vítimas têm respostas sobre as mortes de seus entes quando estes são executados pelas instituições estatais? O que leva o Estado a descumprir reiteradamente os direitos dos cidadãos que são assegurados por lei à população? Esses são alguns dos questionamentos que precisam ser repensados e podem ser aprofundados em uma futura dissertação de mestrado.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil - Problemas e desafios. **Revista USP**, [S. l.], n. 9, p. 65-78, 1991. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i9p65-78. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25549>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- ADUSB - Associação dos Docentes da UESB. A violência policial e a continuação do racismo institucional na Bahia. **ADUSB ANDES-SN**, [s.l.], 2018. Disponível em: <https://adusb.org.br/web/page?slug=news&id=9430&pslug=m>. Acesso em: 27 out. 2023.
- ALBINO, Káren C. de F. Guedes. O PAPEL DOS NEGROS NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL. **Mediação**, Pires do Rio - GO, v. 16, n. 2, p.97-110, jul.- dez. 2021. ISSN 2447-6978 versão on-line. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/358726004_O_PAPEL_DOS_NEGROS_NA_CONSTRUCAO_DO_BRASIL. Acesso em 15 jan. 2024.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro- Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALENCAR, Itana. 'A política de segurança pública não está baseada na preservação da vida', analisa coordenador da Rede de Observatórios; veja dados. **G1 BA**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/07/22/a-politica-de-seguranca-publica-nao-esta-baseada-na-preservacao-da-vida-analisa-coordenador-da-rede-de-observatorios-veja-dados.ghtml>. Acesso em: 06 fev. 2024.
- ALMEIDA, Luiz Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais/ coordenação de Djamilia Ribeiro).
- ALMEIDA, Pauline. Brancos têm rendimento cerca de 40% maior do que negros, mostra pesquisa do IBGE. **CNN**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/brancos-tem-rendimento-cerca-de-40-maior-do-que-negros-mostra-pesquisa-do-ibge/>. Acesso em: 15 set. 2023.
- AMORIM, Mercia de Lima. **“HOJE VOCÊS NÃO MATAM UM NEGRO NESSE CAMPO”**: A LITERATURA E A MILITÂNCIA DO ESCRITOR HAMILTON BORGES. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_f748e3fe1c4f56fd1e8277e4cb839710. Acesso em: 20 out. 2023.
- ARAÚJO, Edson de Andrade; HORA, Raiza Cristina Canuta da. Pós-abolição: vida e cotidiano dos ex-escravizados no Recôncavo da Bahia no século XIX. **X Encontro Estadual de História Anpuh/ Bahia**, 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.bahia.anpuh.org/resources/anais/19/anpuh-ba-eñ>. Acesso em 26 set. 2023.

ATITUDE R.A.P. **Atitude R.A.P - Violência Policial (Áudio)**. ATITUDE R.A.P, 2014. 1 vídeo (2:31 min.). Disponível em: <https://youtu.be/9FZOJRprccE?si=RZXNDyn4HlnO1KS2>. Acesso em: 06 fev. 2024.

BATISTA, Luiza Helena Candida da Silva; CARVALHO, Simone Aparecida de. **A trajetória do negro no Brasil e a importância da cultura afro**. Alegre-ES: FFCL, 2009.

BORGES, Hamilton. **O Livro Preto de Ariel**. Salvador: Editora Reaja, 2019.

BORGES, Hamilton. **Professora Luciana Moreno, cúmplice do Livro Preto de Ariel convida para seu lançamento**. Salvador, 16 ago. 2019. Facebook: Hamilton Borges. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/V3CtXcRfcP9KepTk/?mibextid=oFDknk>. Acesso em 06 fev. 2024

BRASIL. **Decreto nº 30.822, de 6 de maio de 1952**. Promulga a convenção para a prevenção e a repressão do crime de Genocídio, concluída em Paris a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1952. Disponível em: <https://bit.ly/2WiLN82>. Acesso em: 27 out. 2023.

CARVALHO, Leandro. "Comércio de escravos na África". **Brasil Escola**, 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/comercio-escravos-na-Africa.htm>. Acesso em 06 de fevereiro de 2024.

CRUZ, Malika. A importância da literatura afro-brasileira em sala de aula: resgate da identidade do negro brasileiro. **Recanto das letras**, 2021. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-literatura/6560993>. Acesso em: 21 set. 2023.

CUNHA, Viviane Martins; MOREIRA, Lisandra Espíndula. A Subtração da Vida como Política de Morte: Vozes de Mães de Jovens Negros Assassinados. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2023, v. 43, p. 1-16. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/GtcjwTwHSc5jYrWgc49KkcS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *In*: **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/viewFile/4365/4510>. Acesso em: 16 jul. 2019.

FBSP. **A violência contra pessoas negras no Brasil 2021**. Infográfico. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/11/infografico-violencia-desigualdade-racial-2021-v3.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2024.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literatura Negra: sentidos e ramificações. *In*: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). **Literatura e Afrodescendência no Brasil**: antologia crítica, vol. 4. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 245 - 278. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/159-maria-nazareth-soares-fonseca-literatura-negra-os-sentidos-e-as-ramificacoes>. Acesso em 26 set. 2023.

G1 BA. Conheça as vítimas de ataque armado em festa de rua, em Salvador. **G1 BA**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/10/13/conheca-as-vitimas-de-ataque-armado-em-festa-de-rua-em-salvador.ghtml>. Acesso em: 06 fev. 2024.

G1 BA. Oito dos nove PMs envolvidos na chacina do Cabula estão atuando nas ruas três anos após ação, diz governo. **G1 BA**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/ba/bahia/noticia/2018/11/28/oito-dos-nove-pms-envolvidos-na-chacina-do-cabula-estao-atuando-nas-ruas-tres-anos-apos-acao-diz-governo.ghtml>. Acesso em: 06 fev. 2024.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GÓIS, Edma de. 'O livro preto de Ariel', entre ficção e documento, recupera a Chacina do Cabula em 2015 em Salvador. **El País**, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/03/opinion/1570056801_593608.html. Acesso em: 06 fev. 2024.

HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. **Z cultural: revista do programa avançado de cultura contemporânea**. Tradução de Liv Sovik, em colaboração com Katia Santos. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Conferência proferida por Stuart Hall em 1995, em Goldsmiths College University of London. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>. Acesso em: 15 set. 2023.

IANNI, Octavio. Literatura e consciência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Edição Comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura. n. 28. São Paulo: USP, 1988.

IPEA-FBSP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência**. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3956-dashboard-atlas-2021.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LEITE, Fernanda dos Santos. **A invisibilidade das escritoras negras na literatura brasileira**: alguns apontamentos. 2021. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Letras, Língua Portuguesa), Universidade Federal Rural da Amazônia, Tomé-Açu/PA, 2021. Disponível em: <https://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/1747>. Acesso em 21 ago. 2023.

LEONI, Marques. 8 anos da chacina do Cabula: caso segue sem desfecho. **ANF**, fev. 2023. Disponível em: <https://www.anf.org.br/8-anos-da-chacina-do-cabula-caso-segue-sem-desfecho/>. Acesso em 06 fev. 2024.

LIMA, Juliana Domingues de. Conceição Evaristo: 'minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra'. **NEXO**, Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-demulher-negra%E2%80%99>. Acesso em 18.08.2023.

LOPES, Elisângela Aparecida. “**Homem do seu tempo e do seu país**”: senhores, escravos e libertos nos escritos de Machado de Assis. Dissertação (Mestrado em Literatura), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECAP74QJMQ/1/disserta__o__v_final_entrega.pdf. Acesso em: 06 fev. 2024.

MACHADO, Leandro. Guerra de facções e letalidade policial: escalada de violência na Bahia pressiona PT. **BBC News Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cg3lrwjk9ko>. Acesso em: 06 fev. 2024.

MACIEL, Maria Eunice. A eugenia no Brasil. **Anos 90**, Porto Alegre, n. II, julho de 1999, p. 121-143. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31532/000297021.pdf?sequence=1>. Acesso: 06 fev. 2024.

MARREIRO, Flávia. Sentença-relâmpago na Bahia absolve policiais por mortes do Cabula. **El País**, São Paulo, jul. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/10/13/conheca-as-vitimas-de-ataque-armado-em-festa-de-rua-em-salvador.ghtml>. Acesso em: 06 fev. 2024.

MARTINS, José Gilbert Arruda. VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL: Reflexões teóricas sobre a força policial como instrumento de repressão burguesa. **Hegemonia-Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro**, UNIEURO, Brasília, número 22 (Especial), 2017, p.98-126. Disponível em: <https://revistahegemonia.emnuvens.com.br/hegemonia/article/view/219>. Acesso em: 20 out.2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 2. Ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MORAES, Giselle Moraes; BARBOSA, Isabel. GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA E POLÍTICA DE EMBRANQUECIMENTO: Alguns apontamentos. **III COPENESUDESTE**, Vitória, 2019. Disponível em: https://www.copenesudeste2019.abpn.org.br/resources/anais/14/copenesudeste19/1563759712_ARQUIVO_eb1766aa7f2e2b97bf23b650d7b4e16b.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática S. A. 1992.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacis moldentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 26 set. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. O Conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra. In: NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**. Possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NUNES, Davi. O livro preto de Ariel e Os olhos que condenam. **Galinha Pulando**, 2020. Disponível em: https://galinhapulando.blogspot.com/2020/03/o-livro-preto-de-ariel-e-os-olhos-que.html?fbclid=IwAR0Uqt8R2mNaPiQuL7-8pOBvgCNydy6qdW9UMe79pDwSliD-v0dVZZ_v_us&m=1. Acesso em: 06 fev. 2024.

PAES-MACHADO, E.; NORONHA, C. V. A polícia dos pobres: violência em classes populares urbanas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, jan./jul., 2002, p. 188-221.

ROCHA, Renato Melo; AZEVEDO, Patrícia Bastos de. ONARRAR SOBRE SI E A ESCRIVÊNCIA: O LUGAR DA ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA EM PESQUISA SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NEGRAS. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. 3, p. 1345-1359, set./dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v46i3.68429>. Acesso em: 06 fev. 2024.

RUBENICH, Lídia Caroline Chaves Fonseca. **Os negros no Brasil: uma história de construção da cidadania**. 2016. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de História) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- Unijuí, Santa Maria, 2016. Disponível em: https://docplayer.com.br/?_gl=1*q6fcm*_ga*cUVxd2M4TldqejMxZEFSTmVXeTFoYIhuM09keFVDQTh4MHB4eE81Sll1RzNnd1ZHYZ2fOUdlDhJkczRQRIV4Qw. Acesso em: 15 set. 2023.

SANTOS, André Luís Rodrigues Revolta dos Malês (1835): apontamentos sobre o levante dos negros islamizados. **Revista Eletrônica Discente História.com**, Cachoeira, v. 7, n. 14, p. 327-339, 2020. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/2574> . Acesso em: 26 set. 2023.

SANTOS, Taiane Almeida. Jovens negros e necropolítica: a chacina do cabula em Salvador -BA na mídia. **Juventude.br**, [S. l.], n. 18, p. 25–29, 2021. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/204>. Acesso em: 20 out. 2023.

SANTOS, Maria Arlete. Contribuição do negro para a cultura brasileira. **Revista Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 12, n.2, p.217-229, jul./dez. 2016. ISSN: 1517-7947.

SCHLITTLER, Maria Carolina de Camargo. "**Matar muito, prender mal**": a produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8914>. Acesso em: 06 fev.2024.

SILVA, Aline Cavalcante e; FLORES, Elio Chaves. A escrita negra: vozes da África e o movimento negro unificado (1978-1988). **Cadernos Imbondeiro**. v. 1 n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/13504>. Acesso em: 06 fev. 2024.

SILVA, Nancy de Deus Vieira; KASSSOUL, Ana Lúcia. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.2, jul./dez. 2002. p. 99-115. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/download/314/pdf_295#:~:text=Encontraram%2Dse%20fortes%20ind%C3%ADcios%20de,renda%20familiar%20%C3%A9%20mais%20baixa.&text=grupos%20populacionais%2C%20sendo%20bastante%20elevada%20principalmente%20para%20os%20jovens. Acesso em: 26 set. 2023.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopeia Ignorada**: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje. São Paulo: Cedas, 1986.

SOARES, Frederico Fagundes. **A justiça da polícia**: as mortes civis em operações policiais na perspectiva da polícia militar da Bahia. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31276>. Acesso em: 06 fev. 2024.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis**: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais - Faculdade de Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/1979/2/Rafael%20Balseiro%20Zin.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2024.